

SENADO FEDERAL

Fé e

POLITICA

PEDRO SIMON

SENADOR

BRASÍLIA
2009

FÉ E POLÍTICA



SENADO FEDERAL

SENADOR
PEDRO SIMON

FÉ E POLÍTICA

BRASÍLIA – 2009

Simon, Pedro

Fé e política / Pedro Simon. – Brasília : Senado Federal, 2009.

126p.

1. Religião e política, Brasil. 2. Declaração universal dos direitos humanos, Brasil. 3. Política e governo, Brasil. 4. Francisco, de Assis, Santo, 1182-1226. 5. Camara, Helder, 1909-1999. I. Título.

CDD 261.7

“O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma do homem... levantou no mundo as muralhas do ódio... e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e os morticínios. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos cétricos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas duas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido”

• • •

“Hannah, estás me ouvindo? Onde te encontrares, levanta os olhos! Vês, Hannah? O sol vai rompendo as nuvens que se dispersam! Estamos saindo da treva para a luz! Vamos entrando num mundo novo – um mundo melhor, em que os homens estarão acima da cobiça, do ódio e da brutalidade. Ergue os olhos, Hannah! A alma do homem ganhou asas e afinal começa a voar. Voa para o arco-íris, para a luz da esperança. Ergue os olhos, Hannah! Ergue os olhos!”

SUMÁRIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	9
I – SÃO FRANCISCO DE ASSIS, UMA VIDA INSPIRADORA	21
1. Introdução	21
2. “Vai, e restaure-a, para mim	25
3. O São Francisco que mora em cada um de nós	46
4. Eu tenho fé	49
II – SER FRANCISCANO NO MUNDO DA POLÍTICA ...	54
III – DOM HELDER: “O SANTO REBELDE”	75
IV – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS –	84
Ideal de justiça, caminho da paz	84
1. Introdução	84
2. A gênese	87
3. A travessia	91
4. Rumo à utopia	96
V – FÉ E POLÍTICA	102
VI – OS DESERDADOS DA CRISE	112

APRESENTAÇÃO

No final de 2008, a humanidade comemorou dois dos momentos mais importantes da sua história: oito séculos do chamado “carisma franciscano” e sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Duas celebrações que guardam total correlação, e que podem, e devem, ser lembradas todos os dias, todos os anos. Todos os momentos, quem sabe. Melhor seria, entretanto, se os postulados de São Francisco de Assis e a Declaração fossem letra morta, por absoluta falta de necessidade, ao se constituírem obsoletos. Que fossem, apenas, registros nos livros de história. Que “humanidade” se revestisse de todos os significados dos melhores dicionários: ao mesmo tempo, de “natureza humana”, de “gênero humano” e de “benevolência, clemência; compaixão”. Que não fosse necessário, nestes nossos tempos, dizer que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, nem que a solidariedade e a humildade franciscana fossem, ainda, meros discursos. Nestes nossos tempos, os seres humanos não nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Ao contrário.

O mundo ainda convive com mais de um bilhão de seres humanos na mais dolorida fome. A ganância se contrapõe, e se impõe, à miséria. Verdadeiros genocídios são praticados tendo como arma mortífera a omissão. A abso-

luta falta de benevolência, de clemência e de compaixão. Falta de solidariedade franciscana.

Por esta razão, nunca é demais reiterar a discussão dos princípios franciscanos de viver. Em todos os campos da vida humana e, principalmente nos dias atuais, na política. Estes princípios são, ou deveriam ser, a referência maior para a existência humana e para o exercício da representação política. Nos lugares mais singelos e nos centros do poder.

Nos tempos de São Francisco de Assis, havia um local chamado Porciúncula, um pequeno e simples lugarejo, onde os seus seguidores se reuniam para discutir os destinos da irmandade. Já eram muitos, e aos primeiros discípulos de Francisco se juntaram outros que acreditavam nos seus ensinamentos, muitos deles antigos nobres, comerciantes, camponeses e gente de todas as profissões. Um destes encontros, inclusive, chegou a reunir cinco mil frades e, ali, parece ter acontecido um novo milagre da multiplicação dos pães. Embora a pobreza franciscana, todos foram saciados, sem que houvesse tido uma previsão de alimentos para tanta gente. Estes discípulos já se espalhavam por todos os lugares, e buscavam, nestes encontros, a orientação comum para a sementeira dos princípios pregados e, principalmente, vividos por São Francisco de Assis.

A partir da percepção de que os postulados do franciscanismo continuam atuais e, principalmente, necessários, Brasília se transformou, também no final de 2008, numa espécie de “Porciúncula” dos nossos tempos, para a Celebração Latino-Americana e Caribenha do 8º Centenário do Carisma Franciscano. O lema: “Reviver o sonho

de Francisco e Clara de Assis no chão da América Latina e Caribe”. Mais do que uma comemoração, o encontro constituiu-se, então, em uma oportunidade das mais significativas para se discutir o chamado “franciscanismo” nos nossos dias. Seguidores do legado de São Francisco de Assis que conhecem, em muito, as respectivas realidades locais, principalmente das populações que já vivem, na prática, muitas vezes por extrema necessidade, a pobreza, a miséria vivida por ele, no seu tempo.

O número de inscrições, apesar de significativo, limitou a participação no encontro, porque são mais de dois milhões os membros de ordens religiosas franciscanas, só no Brasil, que se somam a outros milhões de seguidores que poderiam, igualmente, contribuir com seus relatos de experiência vivida, bem a propósito do exemplo de vida de São Francisco, ou seja, o de que a prática é mais importante que a mera palavra. Quantos seriam os voluntários que poderiam relatar suas trajetórias de vida, neste continente de tantos “franciscanos”?

Durante todas as apresentações, foi marcante a constatação de que, passado tanto tempo, oito séculos depois da travessia terrena de São Francisco, ainda permanecem vivos os seus ensinamentos, não importa se, agora, semeados sobre realidades tão distintas daquela época.

Os temas em discussão foram os mais variados. Juventude, educação, povos indígenas, ecumenismo, exclusão social são alguns exemplos. Tive a honra do convite para testemunhar a minha trajetória nos caminhos da fé e da política, com o tema “Ser franciscano no mundo da política”. Uma reflexão sobre os percalços entre os en-

sinamentos de São Francisco de Assis, há oito séculos, e prática política, nos dias atuais.

Entendo, a propósito, estarmos vivendo um dos momentos mais importantes para a discussão, no plano político, dos princípios que nortearam a vida de São Francisco de Assis. Aliás, como eu afirmei no meu depoimento durante a Celebração, o chamado franciscanismo deveria se constituir na referência maior para a prática da política, principalmente nos dias atuais. Uma ação verdadeiramente coletiva, acima de quaisquer interesses individuais e moldada pelos mais nobres sentimentos de humanidade, solidariedade, compaixão e amor ao próximo, longe de qualquer atitude que não se fundamente na ética e na construção da verdadeira cidadania.

O encontro não se configurou como um ponto de chegada. Ele teve, na verdade, uma conotação de travessia. A propósito, a celebração se encerrou com uma caminhada até o Palácio do Planalto, onde foi entregue, ao Vice-Presidente José Alencar, a “Carta de Brasília”, versão atualizada da “Carta aos Governantes”, de São Francisco de Assis. Naquele momento, o Vice-Presidente brasileiro representava, quem sabe, os primeiros mandatários de todos os países do planeta. E, aqueles caminhantes, todos os povos da terra. Essa mesma carta, embora fundamentada na situação atual do mundo, tem olhos voltados para o futuro. Uma mudança de posturas, como também preconizou São Francisco.

Eu, muitas vezes, me pergunto como viveria São Francisco de Assis nos dias atuais. Digo muitas vezes, porque me aguça a reflexão sobre a vida e a obra deste santo, que foi considerado “o homem do milênio”, todas

as vezes que me invade a retina, na tela real ou na virtual, um exemplo de fome, de miséria, de barbárie e de desalento. E, como notícias deste tipo, sob o meu batente ou pela “janela” da televisão, são, cada vez mais, frequentes, essa pergunta me assola a consciência com insistência igualmente reiterada.

O que faria ele se fosse contemporâneo de um bilhão de pessoas passando fome em todo o mundo? O que faria ele se assistisse, em tempo real, às toneladas de mísseis derramadas sobre populações inteiras, no Iraque, no Afeganistão, ou em qualquer outro canto ou recanto deste nosso mundo, muitas vezes “em nome de Deus”? O que faria ele se seus ouvidos fossem feridos pelos gritos de dor nas filas dos hospitais? O que faria ele se presenciasse tantos gatilhos e tantos rastilhos? O que faria ele se visse, a olho nu, a destruição da natureza idealizada por Deus, e que ele tanto amou, em nome da ganância e do lucro? O que faria ele se soubesse da venda de indulgências e de consciências? O que faria ele se presenciasse tantos escândalos na política, com o mesmo dinheiro que falta para sanar a dor, a fome e o analfabetismo?

Em princípio, eu poderia imaginar que é difícil comparar contextos históricos tão diferentes. Mas, a realidade de hoje parece nos mostrar similaridades bastante significativas com o tempo de São Francisco. A realidade e a necessidade de mudá-la. Ele viveu em um momento de grandes transformações na economia, na sociedade, na Igreja e no poder de um modo geral. Foi naquele tempo que a moeda passou a ter, efetivamente, a função de viabilizar o comércio, exatamente porque, também foi lá que a nobreza deu lugar a uma nova categoria de poder ligada

ao comércio de mercadorias. O seu pai era, inclusive, um dos representantes desta nova classe social dominante.

O que se vê, hoje, é, também, uma verdadeira supremacia do poder do dinheiro, a ponto de provocar grandes turbulências em todos os segmentos da vida, quando a ganância extrapola os limites do que se poderia chamar de “bom-senso”. A defesa do dinheiro enquanto poder fala mais alto, por exemplo, que a produção de alimentos e o seu contraponto mais cruel: a fome.

Trilhões de dólares são destinados, a título de “risco sistêmico”, para o sistema financeiro, enquanto parcelas infinitamente menores de recursos são negadas para produzir o que falta nas mesas de seres humanos que não possuem um mínimo necessário à própria sobrevivência. Morrem, como diria o poeta, “de fome, um pouco por dia”. Um bilhão de famintos, sem que a crueldade deste fato seja considerada, igualmente, como “risco sistêmico”. Não há risco sistêmico para quem morre “de emboscada, antes dos vinte”, ou de “velhice, antes dos trinta”. Aliás, trinta bilhões de dólares seriam necessários para dobrar a produção de alimentos em todo o planeta, muito menos, portanto, que os mesmos trilhões desviados dos “contribuintes”, para os bolsos de quem produziu, exatamente, os tais “riscos”.

Não se pode negar, reitero, que não é simplista uma transposição, no tempo, de como São Francisco atuaria, nos dias atuais. Há um novo contexto nas Ciências Sociais, na Economia, na Antropologia, na Tecnologia, na Política, no Direito, na vida, enfim. Como ele, eu não poderia transportar, pura e simplesmente, para o tempo atual, outros exemplos de vulto na história mundial, do

bem e do mal, como Napoleão, Gandhi, Hitler, Luther King, ou outros.

Mas, de repente, eu percebo que existe muito dos traços de personalidade destes mesmos vultos históricos, presentes nos líderes dos dias atuais. Há muito de “Hitler”, por exemplo, em quem manda despejar os tais mísseis sobre populações inocentes, sem demonstrar qualquer tipo de compaixão e pudor. Em nome do poder, apenas. Quantos serão, igualmente, os “Napoleões” dos nossos tempos? Da mesma forma, e felizmente, há muito de Luther King, ou de Gandhi, em quem, perseverante, ainda semeia a paz, em meio a tamanha barbárie.

Contudo, eu não vejo, em tantos anos de história, um personagem que tenha permanecido com tamanha influência, obviamente para o bem, nos princípios de vida da humanidade, como São Francisco de Assis. Não é à toa que ele foi chamado o “homem do milênio”. Tenho certeza de que ele continuará recebendo o mesmo reconhecimento, neste e nos milênios que virão. Menor, como ele sempre quis ser, tornou-se o maior de todos os exemplos. Diria que ele é menor, apenas, que o próprio franciscanismo, exatamente porque a semente que ele plantou gerou árvores frondosas de solidariedade, de compaixão e de amor ao próximo.

É muito fácil perceber São Francisco de Assis, nos dias atuais. Ele está presente em todo trabalho voluntário em nome dos mais desvalidos em todos os lugares do planeta. Que exemplo mais voluntário poderia existir, como o de alguém que, tendo tudo, “de mão beijada”, abriu mão deste mesmo tudo, para viver tal e qual, e beijar as mãos, muitas vezes leprosas, de quem não tinha absolutamente nada? Como não reconhecer, então, este mesmo modo francis-

cano de viver, naqueles que, hoje, dedicam suas vidas aos miseráveis, aos doentes e aos deserdados pela vida?

Eu vejo São Francisco, por exemplo, nas APAE. Nas Santas Casas. Nos “Anjos da Noite”. Nos Médicos sem Fronteiras. Nas iniciativas voluntárias junto aos infectados por doenças transmissíveis. Eu vejo São Francisco em todos os asilos, cuidando de quem nada mais tem que um fiapo de vida. Nas creches, iluminando a esperança de tantas crianças cujo futuro ainda é um caminho a ser trilhado. Nas famílias que adotam os filhos deserdados pela loteria da vida. Eu vejo São Francisco em todos os que, voluntários, dão de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede. Em todas as ações que constroem a cidadania dos povos. Eu vejo São Francisco, enfim, em todos os semeadores da semelhança entre os homens, criados por Deus à Sua imagem. E, igualmente, à Sua semelhança. Portanto, para que todos os homens retornem ao projeto idealizado pelo Criador.

São Francisco recebeu a incumbência de restaurar a Igreja. No início, imaginou ser uma igreja física, localizada no tempo e no espaço. Ao perceber que não se tratava, apenas, de uma igreja de tijolos e telhas, transformou-se em um revolucionário, no seu tempo. É essa, quem sabe, a visão que se deve ter dos franciscanos da nossa época. São Francisco, hoje, também se insurgiria contra as estruturas de poder que priorizam a ganância do lucro e se valem da corrupção generalizada. Ele continuaria sendo um revolucionário, portanto.

É evidente que igrejas como a de São Damião, da sua época, necessitam ser (re)construídas, nos dias atuais. As igrejas enquanto estruturas físicas são, e sempre serão, necessárias à disseminação do evangelho. Mas, hoje, mais

que como no tempo em que viveu Francisco, há uma Igreja a ser restaurada na consciência dos povos, principalmente daqueles que exercem algum tipo de poder.

A preocupação com a obtenção de bens materiais, tal e qual a igreja física, de tijolos e telhas, tem ocupado, cada vez mais, as consciências das pessoas. Há uma verdadeira sanha pelo ter, sem que ela tenha sido acompanhada pela devida busca pelo ser. Ao contrário. Há uma avalanche de pressões e informações no sentido de que verdadeiramente “é” aquele que “tem”. Não há limite nesta busca pelo ter. Há, sempre, algo mais a se alcançar, em termos materiais. Neste sentido, torna-se cada vez mais distante a diferença entre quem tem e quem pouco, ou nada, possui. As disparidades na distribuição pessoal e regional de renda nunca foram tamanhas, como hoje.

Se a busca pelo ter fosse acompanhada, em igual ou maior medida, pelos sentimentos de solidariedade e de compaixão, certamente seria outra a realidade. Não haveria tamanha disparidade e, quem sabe, nem mesmo, fome no mundo. Isso aconteceria se o ser humano tivesse uma consciência mais coletiva. Mas, o que acontece, na prática, é exatamente o contrário. O ser humano, nesta busca frenética pelo ter, é, cada vez mais, individualista. Ele não é mais um igual, nem mesmo um semelhante. Tornou-se um concorrente. É ele, no lugar de alguém, para não ser alguém, no lugar dele. Ele tem de ser mais, e para isso tem de ter, também, cada vez mais. Na sua percepção, materialista e individualista, se distribuir, terá menos e, conseqüentemente, será menos. Pior: nesta concorrência para abocanhar cada vez mais, adquire a avaliação cruel de que, quem tem menos, é-lhe um peso na sua busca pelo

ter. Coloca o semelhante, ainda que não lhe seja concorrente, na conta do passivo.

Os espaços públicos perderam lugar. Era ali que se desenvolviam as relações sociais, que incluem sentimentos de solidariedade. As relações sociais predispunham a reciprocidade. Hoje, estes mesmos espaços públicos foram trocados pelas novas “ruas”, que se constituem nos corredores dos *shoppings centers*, iluminados, agora, pelos “postes” das vitrines coloridas, verdadeiros apelos pelo “ter”.

Neste verdadeiro “encolhimento” da vida social, o homem, contraditoriamente, se conecta com o mundo, através do computador. Mas, numa relação “fria”, solitária, entre quatro paredes. A informação lhe chega pela tela do computador ou da televisão.

É neste contexto que perderam espaço a família, a escola e a igreja. A desagregação destas três instituições se dá, também, na busca pela sobrevivência. É cada vez maior, por exemplo, o número de pais que necessitam se ausentar, muitas vezes por longos períodos, para buscar mínimos de sobrevivência. As crianças, também cada vez mais, crescem sem a companhia da família. Toma lugar, então, a televisão. Hoje, as crianças passam mais tempo frente a uma tela de TV do que sentadas nos bancos escolares. Pior: mais que com o convívio da família. São “educadas” pela televisão.

Ocorre que a televisão é, hoje, exatamente o principal instrumento para incitar o “ter”. A programação é mero chamariz para que o telespectador adquira a “moda”. Ela, cada vez menos, educa.

Portanto, nestes tempos, não há mais, somente, uma igreja a ser reconstruída, como na mensagem ouvida por São Francisco de Assis. Ele, agora, certamente, ouviria uma voz a lhe orientar que há uma família, uma escola e

uma igreja a serem restauradas. É essa a voz que tem de ser ouvida hoje, por todos nós. Não só uma família com o mobiliário mais completo. Não só uma escola com a mais sofisticada tecnologia. Não só uma igreja de tijolos e telhas. Há de se ter uma família, uma escola e uma igreja moldadas pelos princípios franciscanos de solidariedade, de compaixão, de amor ao próximo, de cidadania e de humanidade. Uma construção de valores e de novas referências de vida, na sua plenitude.

Mas, há, e em especial, uma política a ser, também, reconstruída ou restaurada. E, para tanto, não há melhor argamassa que os princípios éticos. Uma argamassa, infelizmente, em falta nas prateleiras da nossa história recente. Uma ética para a qual, também infelizmente, tem-se atribuído preço, como que um produto, ou um serviço, de mercado. E cuja escassez aumenta-lhe este preço, como manda, mais uma vez, o mesmo mercado. Imagino como reagiria São Francisco ao perceber a mercantilização da ética. Imagino que da mesma forma como reagiu à mercantilização da fé.

A história de São Francisco de Assis deve ser repetida, para ser refletida. Daí, um pequeno resumo da sua vida, na primeira parte desta publicação, seguido de uma breve reflexão sobre como é ser franciscano no mundo da política atual, quem sabe um exercício de imaginação, mas baseado na experiência própria, e real. É este, também, o espírito da reflexão sobre a vida de Dom Helder Câmara, um revolucionário do nosso tempo, enquanto franciscano e seguidor, portanto, do exemplo de São Francisco de Assis. Na fé e na política.

Para elaborar a síntese da vida de São Francisco, tomei como base, principalmente, uma publicação sob o título geral *Os santos que abalaram o mundo*. Para lembrar a

vida de Dom Helder, o filme “O Santo Rebelde”. Títulos e conteúdos que demonstram a forte correlação entre estes dois personagens da história da humanidade. Um, São Francisco, o “homem do milênio”. Outro, Dom Helder, para mim, no mínimo, “o homem do século”. Ambos, rebeldes que abalaram o mundo. Um mundo em que os direitos humanos ainda são um objetivo a ser alcançado. Ainda é um ideal de justiça. E o único caminho da paz. Como nos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todos os seres humanos deveriam nascer livres e iguais em dignidade e direitos. Não há como continuar convivendo como tantos irmãos na mais degradante miséria. Quem sabe eles estejam vivendo, hoje, como viveu São Francisco de Assis. Quem sabe, eles sim, sejam os verdadeiros franciscanos da nossa época.

Fé e política não são questões paralelas que se encontram, tão somente, no infinito. Não se deve procurar, nos altares, a remissão dos pecados cometidos em gabinetes. Quem sabe estejamos, embora os fortes sintomas de caos, vivendo a oportunidade de construir um novo tempo. Há de se reverter as prioridades. Reitero: enquanto bilhões, na tangência do trilhão, de dólares se esvaem sob o domínio do medo do “risco sistêmico”, exatamente para aqueles que só se contentam com o “ter”, são minguidos os recursos para os que desejam, tão somente, ser.

As reflexões específicas sobre São Francisco de Assis e a Declaração Universal dos Direitos Humanos já foram objeto de outras publicações. Esgotadas porque muito demandadas. Bom sinal. Daí, esta reedição ampliada.

Senador *Pedro Simon*

I – SÃO FRANCISCO DE ASSIS, UMA VIDA INSPIRADORA

1. Introdução

Era 1989. O frio castigava a São Paulo da garoa. Cena de miséria na esquina de uma avenida. Não sei se São João. Não importa. Poderia ser uma qualquer, esquecida, até mesmo, pelos poetas que rondam a cidade. O carro, aquecido, vidros fechados, pelo frio e pelo medo. De repente, um rosto marcado pelo tempo ou pelo descaso. Cabelos longos, barba por fazer, pés descalços, maltrapilho, esfarrapado. Os calos nas mãos estendidas eram o testemunho, rude, mas digno, dos tempos de cidadania. Uma moeda, um pedaço de pão. Ou, quem sabe, uma outra mão.

“Me perdoe a pressa/É a alma dos nossos negócios”. “Eu vou indo em busca de um sono tranquilo”. Mas, aquela luz verde refletida naquele rosto magro e ossudo mais parecia um sinal de parada obrigatória. O funcionário do Ministério da Agricultura abre as portas do carro que lhe aquece o corpo, e do coração que lhe dá calor à alma, e doa ao andarilho o seu sobretudo. Para o funcionário, se era um sobretudo, é porque tudo ele tinha. E, porque, aquele sobretudo protegeria um “quasenada”.

Convidou-o para um chocolate quente, ouviu os seus lamentos, emocionou-se com sua história de vida. Sem o sobretudo e fora do seu carro, não mais sentiu frio. Aqueceu-se, apenas, das chamas do coração.

Na despedida, ouviu a frase que lhe transformou a vida, a partir daquele encontro, quem sabe consigo mesmo: “O senhor é um anjo da noite”. Em casa, os sonhos lhe trouxeram, de volta, a mesma esquina e o mesmo maltrapilho. As mesmas histórias, a mesma frase, a mesma voz: “O Senhor é um anjo da noite”. “Um anjo da noite.” “Um anjo da noite.”

Foi assim o início dos “Anjos da Noite”, voluntários que percorrem aquela e tantas outras esquinas de São Paulo, dividindo cidadania. Quantas já foram, desde aquela madrugada fria de 1989, as alegrias somadas, a miséria diminuída e a esperança multiplicada? Hoje, são dezenas de voluntários, tantos outros “anjos da noite”, que distribuem seus “sobretudos”, mesmo que esse “tudo” seja quase nada, em termos materiais, desde que as almas de centenas de semelhantes sejam aquecidas no inverno da fome, da miséria e do desdém.

Quem seria aquele homem maltrapilho que mudou a vida de tanta gente, carros aquecidos, vidros fechados? Quem sabe, o mesmo esfarrapado que, um dia, adentrou a loja de “sobretudos” do pai do jovem Francisco de Assis, pedindo uma moeda, um pedaço de pão. Quem sabe, uma outra mão. Quem sabe, ele seja o mesmo Cristo, que se corporifica entre nós, através de tantos maltrapilhos e esfarrapados, a nos estender a mão, nas esquinas de Assis, ou de São Paulo, ou de qualquer outra cidade, em todos os cantos e recantos deste mundo de Deus?

Muitas vezes, imagina-se que se pode encontrar Deus, apenas, nas catedrais. Mal se imagina que Ele pode estar, ali, bem ao alcance, mesmo que num pequeno “telheiro”, como aquele que serviu de abrigo a São Francisco de Assis, a instigar sentimentos quase sempre ao descaso, como os da humanidade, da solidariedade e do amor ao próximo. Tudo isso em nome de uma nova religião, difundida, especialmente, nestes tempos de globalização: o consumismo. O culto ao “sobretudo”, em detrimento do “sobrenada”.

Quantas vezes somos chamados a “reconstruir a nossa igreja” e imaginamos que se trata, apenas, de tijolos, telhas e cimento, quando a argamassa dessa mesma igreja é, na verdade, a mudança dos nossos procedimentos, principalmente junto a tantos maltrapilhos e esfarrapados, que batem às nossas portas e tentam ultrapassar os muros da nossa retina?

Quantos serão os lobos que criamos dentro de nós mesmos?

O funcionário do Ministério da Agricultura e o maltrapilho são personagens atuais. Deus, nem tanto. O culto ao ter afasta o ser humano, cada vez mais, da obra divina do ser, criado à Sua imagem e semelhança. É por isso que uma das histórias mais conhecidas de todos os tempos, a da vida e obra de São Francisco de Assis, tem de ser relembrada, principalmente em alguns momentos mais marcantes da história da humanidade. Como nos tempos atuais. É que a opulência tem ocupado corações e mentes, ao mesmo tempo em que bilhões de maltrapilhos e esfarrapados estendem suas mãos, quase sempre calejadas, nas esquinas do mundo criado por Deus, corporificado,

quem sabe, nos esfarrapados das esquinas do nosso desdém.

O tal funcionário praticou um ato tipicamente franciscano. Ele tinha um sobretudo, quando o mendigo não tinha absolutamente coisa alguma. A sua história é um retrato fiel da vida de São Francisco de Assis. Se forem bilhões os maltrapilhos a nos estender as mãos, há, também, muitos “franciscanos” que, na maioria das vezes, anonimamente, dividem seus “sobretudos”, não importa se os mais singelos. Singeleza como a que marcou a vida de São Francisco. Ele, que nasceu num mundo de catedrais, acaudou a missão de reconstruir igrejas. Não a igreja material, mas a verdadeira igreja missionária que, para ele, deveria unir doutrina e prática religiosa. Amansou o lobo que se encontrava dentro dele próprio. Lobo, como tantos, que uivam neste nosso mundo de barbárie.

Nada de mais significativo a acrescentar sobre a vida de São Francisco de Assis além do que já foi escrito, como, por exemplo, os textos que serviram de base para esta singela reflexão, principalmente *Os santos que abalarão o mundo*, de René Fülöp Miller. Aliás, título dos mais significativos. Não há o que mudar na sua vida santificante. Quem sabe, nem mesmo o que acrescentar na sua biografia. Ao contrário, é a vida dele que tem de mudar a conduta dos homens dos tempos atuais. Esse é o objetivo principal deste texto: o “homem do milênio” passado tem de permanecer imitado, quem sabe ainda com mais devoção, neste milênio que se inicia. Para que ele continue sendo fonte de inspiração, como o que aconteceu com o funcionário do Ministério da Agricultura. Quantos poderão ser, ainda, os “anjos” neste imenso e mal dividido

universo? Quantas vezes Deus necessitará travestir-se em maltrapilhos e esfarrapados, para aguçar o espírito franciscano, muitas vezes adormecido, dos seres humanos?

Quem sabe seja este o melhor momento para que possamos despertar o “franciscanismo” que existe dentro de nós. Principalmente quando se comemora oitocentos anos da obra franciscana.

Que essa síntese da vida e a obra de São Francisco de Assis seja, portanto, fonte de inspiração!

2. “Vai, e Restaura-a, para mim”

A vida de São Francisco de Assis é uma das mais belas, e instigantes, passagens da história da humanidade. Humanidade no seu sentido mais amplo, porque a vida deste chamado “homem do milênio” sintetiza todos os sentimentos mais nobres de um ser verdadeiramente humano: a solidariedade, a compaixão, a humildade, a caridade, o amor e a alegria. A essência da sua existência foi marcada pelo amor e pela dedicação a tudo e a todos: aos homens, aos animais, às plantas, ao sol, à lua, ao vento, ao fogo, à água. À natureza, enfim.

São Francisco nasceu na opulência e morreu na mais absoluta miséria. Doou tudo o que tinha e o que poderia ter. Pode-se dizer que há paralelos entre a sua paixão e morte e a do próprio Jesus crucificado. Quem sabe não tenha lhe faltado, nem mesmo, as chagas da crucificação. Nem mesmo a ressurreição, a cada ato de bondade que caracteriza o “franciscanismo” de todos os tempos, desde a sua existência terrena.

Ele nasceu em Assis, na Úmbria, Itália, no ano de 1182. Veio ao mundo em um período em que a fortuna e a riqueza acumuladas pelos comerciantes e mercadores começava a competir com os bens herdados da nobreza territorial. Seu pai, Pedro Bernardone, proprietário de uma das lojas de tecido mais ricas e elegantes de Assis, era um legítimo representante dessa nova classe emergente. De sua mãe, Dona Pica, francesa de Provença, herdara o desembaraço jovial e o encanto cordial. Seu nome de batismo era, na verdade, João, mas seus companheiros italianos o apelidaram de Francisco, em razão de sua linguagem e de seu porte tipicamente francês.

Pelos seus atos, poderia, quem sabe, ter sido chamado, também, de Messias. É que, já desde um século antes, disseminavam-se visões no sentido de que, tão logo, se aproximava o final dos tempos de desgraça e que um menino surgiria e conduziria os homens a um período de júbilo. Esse mesmo menino seria corajoso e, ao mesmo tempo, humilde, pobre e despojado, e conduziria seu povo aos verdadeiros caminhos de Deus. Parecia, portanto, uma premonição ao nascimento do menino João, que foi Francisco, mas que poderia ser Messias, em Assis.

Essa era uma época que se caracterizava por grandes transformações, como a supremacia dos papas sobre a autocracia dos reis. A Igreja entrava num tempo de grandeza e de poder. O poder mundano da Igreja, que se iniciara no século XI, afirmava-se, portanto, naquele século XII. A Igreja demarcava o seu território, exatamente pela conquista do território. Uma igreja material e sequiosa de poder. Os sumos pontífices eram, muitas vezes, mais guerreiros do que missionários da obra de Deus.

Depois de frequentar a escola dos monges beneditinos em Assis, Francisco passou a trabalhar com seu pai, na loja de tecidos. Sua simpatia e sua alegria de vida logo estimularam as vendas. Mas, o jovem não se resumia, apenas, à sua habilidade comercial, mas na fácil compreensão dos novos métodos do comércio que se instalavam à sua época, como a escrituração, as novas unidades monetárias e os sistemas de pesos e medidas. A presença de Francisco nos negócios do pai propiciava, portanto, maiores ganhos financeiros à família. Faltava-lhe, entretanto, qualquer espírito de parcimônia. Ganhava com facilidade, mas também gastava com igual facilidade. Para ele, não existia encantamento maior na vida do que presentear os outros, e a verdadeira alegria somente se materializava quando ela era plenamente dividida.

Francisco apreciava encontros festivos, com as mais caras iguarias e vinhos, onde ele, quase sempre, fazia as honras da casa. Era o líder da juventude dourada da sua cidade. Baixo e franzino, não eram suas qualidades físicas de beleza e estatura que o destacavam; era o encanto no trato com os amigos que o tornava especial. Por tudo isso, era considerado o rei das brincadeiras, das canções e dos banquetes de Assis. O trovador da terra, em sua época.

Os anos de prazer da existência de São Francisco coincidiram com uma nova mentalidade mundana de vida. Desenvolvia-se a arte dos trovadores, a partir da França, que, no século XII, tinha uma grande influência de irradiação de valores e de costumes, e de outros segmentos, como na arquitetura. Uma quebra nos valores tradicionais, em nome, agora, do culto aos bens tipicamente ma-

teriais igualmente celebrado na Itália. Francisco era um dos seguidores dessa transformação do comportamento.

Para ele, entretanto, o dinheiro era apenas uma fonte para a sua felicidade e a dos outros, não só de seus amigos, mas, de igual maneira, dos pobres e enfermos. Essa atitude perdulária de Francisco preocupava, sobremaneira, o seu pai. Entretanto, essas atitudes do filho não deixavam de lhe propiciar um certo orgulho, pois a distribuição de dinheiro para os mendigos lhe lembrava a sua origem, igualmente humilde.

Um certo dia, Francisco se encontrava na loja de seu pai, em conversa com um rico freguês do estabelecimento. Aproximou-se dele um mendigo, a lhe pedir esmolas. Concentrado no assunto, não prestou atenção ao pedido que lhe fora feito. Mais tarde, quando procurou pelo andarilho, não mais o encontrou. Caiu em desespero e, sem mesmo se preocupar em fechar a loja e guardar o dinheiro em caixa, saiu à sua procura. Depois de muito tempo, finalmente o encontrou, já na saída da cidade de Assis. Deu-lhe, então, o seu casaco, além de todo o dinheiro que carregava. Foi aí que nasceu, em Francisco, o verdadeiro espírito de caridade, o sentido da miséria e da privação.

Aos 22 anos, Francisco e seus amigos foram para a guerra deflagrada contra os senhores feudais da época, com o objetivo de lutar pelos direitos e pela liberdade da burguesia emergente. Ocorre que a luta se circunscreveu entre a sua cidade e a vizinha Perúsia. Ao final, Assis saiu-se perdedora e Francisco e seus companheiros foram feitos prisioneiros. Isso, entretanto, não foi o suficiente para lhe tirar a alegria de vida e de lhe reprimir o dom de

trovador. Um ano depois da prisão, após restabelecidas as pazes entre as duas cidades, Francisco retornou para sua casa e para a sua vida de banquetes e de extravagâncias.

Mas, esse foi um momento que não passou impune na sua vida. Tão logo regressou da prisão, uma doença com fortes dores e febre alta impediu-o de continuar na sua rotina habitual de trabalho e de festejos. Acamado, seu único contato com o mundo exterior se resumia a uma réstia de sol que iluminava o seu quarto. Isso lhe serviu como uma espécie de encantamento e a sua consciência, neste período de enfermidade, era medida pelas horas de sol. Isso, também, lhe servia para movimentar os músculos acometidos pelo torpor, ao caminhar até a janela do seu quarto, para dar as boas-vindas e para se despedir do astro-rei. A partir daí, e a cada dia que passava, ele se tornava, ainda mais, atraído pela natureza. A luz do sol lhe permitia uma visão atraente da vida dos homens e dos animais e da beleza das coisas.

Recuperada a saúde, voltou à rotina de trabalho e de lazer, mas não à alegria de antes. Parecia-lhe que, embora sua vida intensa, restava-lhe, ainda, uma espécie de vazio existencial. Os passeios durante a convalescença, que lhe permitiam apreciar a natureza, lhe deram uma sensação mais real de felicidade, maior que a de sua vida anterior. Mesmo as antigas canções lhe pareciam vazias de conteúdo e aquém de sua verdadeira aspiração de vida. Sua impaciência crescia a cada dia, pois a felicidade que experimentara nos dias de convalescença era maior que a das noites de festa e de prazer. Passou a buscar, então, um tipo de alegria que lhe fosse mais elevado.

Durante este período em que Francisco procurava um novo sentido para a sua vida, iniciou-se uma nova guerra entre os imperadores germânicos e a Igreja. Entusiasmou-se, então, com a possibilidade de encontrar essa nova forma de vida, que tanto almejava. Durante um sonho, ele se encontrava na loja de seu pai, que, no caso, negociava escudos brilhantes, espadas e esporas, quando uma voz lhe dizia: “Tudo isso lhe pertencerá e a teus guerreiros”. Esse mesmo sonho lhe impulsionou, então, a seguir para a luta. Porém, ao chegar a Espoleto, a caminho de Roma, teve uma recaída inesperada da antiga doença, o que lhe fez interromper a idéia de continuar. Entre sonho e vigília, a mesma voz que ouvira em Assis, voltava a lhe dizer, reiteradamente: “Não entendestes bem a aparição em Assis. Volta para tua terra natal. Ali, te será conhecido o que deves fazer”.

Este fato não lhe afastou a ideia de continuar na sua caminhada. Para, ele, seria degradante voltar derrotado para sua terra, mesmo sem ter lutado. De repente, ocorreu algo que, mesmo para ele, profundo conhecedor daquelas terras, parecia estranho: depois de ter cavalgado por um longo tempo, viu-se, novamente, às portas de Assis, exatamente de onde havia partido. Sem entender o que acontecera, de volta para sua casa, sentiu uma imensa vontade de ficar sozinho.

Esses períodos de prostração não passaram incólumes a seus amigos. No primeiro retorno a um festejo, permaneceu calado e solitário com seus pensamentos. Um de seus amigos, vendo-o nesta indiferença, indagou-lhe se estava pensando em casar-se. “Sim, penso em casar-me”, respondeu ele, “mas com uma mulher pura e a mais

amável das que já viste. Seu nome é Dona Pobreza. Foi esse o grande momento de transformação de sua vida. A partir daí, tomou-lhe a convicção de que escolhera a humildade como companheira para o resto de sua vida. Deixou, então, tudo que tinha, procurou ficar sozinho e refugiou-se em uma caverna deserta para preparar-se para suas “núpcias”.

Certo dia, numa de suas cavalgadas solitárias, encontrou-se com um leproso, doença que, na época, era considerada a mais temida e a mais discriminatória. Num primeiro momento, sentiu horror e aversão, por causa do odor que ele exalava. Mas, logo a seguir, veio-lhe uma espécie de impulso, como se fosse empurrado em direção àquele homem. Deu-lhe dinheiro e beijou-lhe a mão, sentindo uma sensação de felicidade como nunca havia experimentado antes.

No dia seguinte, movido por uma imensa vontade de ajudar aos leprosos, foi no local onde eles eram mantidos segregados, na Ordem de São Lázaro. Distribuiu-lhes o que tinha trazido e se colocou à disposição para, a partir dali, cuidar de todos os doentes. Foram, desta maneira, os lábios cobertos pela lepra os primeiros a chamar Francisco de santo.

Certa vez, quando se encontrava na igrejinha de São Damião, onde costumava ir diariamente, ouviu, de novo, uma voz: “Francisco, não vês que a minha casa está em ruínas? Vai e restaura-a para mim”. Francisco, sem recursos, mas sem hesitação, dirigiu-se à loja de seu pai e de lá retirou vários fardos de tecido, vendendo-os por uma soma considerável em dinheiro. Quando seu pai soube do fato, ficou furioso e chamou-o de ladrão. Arrastou-o até a

adega e prendeu-o, autorizando que lhe dessem de comer, apenas, um pãozinho e água. No entanto, Francisco continuou firme na sua decisão de ouvir a voz de Deus. Seu pai encaminhou-o, então, ao Tribunal de Assis, para que o prendesse imediatamente. Depois de muita discussão, Francisco exigiu que fosse julgado por um tribunal canônico. Com a interferência do Bispo de Assis, Dom Guido, Francisco decidiu devolver o que havia subtraído de seu pai: “Senhor bispo, não somente o dinheiro, mas tudo o que tenho dele, a ele restituirei, até mesmo as roupas que me deu”. Assim o fez, e acrescentou, conclusivo: “Escutai e compreendei. Até agora chamei Pedro Bernardone meu pai, mas, a partir daqui, desejo dizer Padre Nosso que estais no céu”. O Bispo Guido ficou surpreso e comovido com a situação, tirou sua capa e a colocou sobre os ombros de Francisco.

Tornou-se, então, um trovador de Deus. Nada mais dispunha, somente um velho e abandonado capote de camponês, com uma corda amarrada na cintura. E pôs-se a reconstruir a Igrejinha de São Damião. Como bom trovador, passou a pedir esmolas, desde que se traduzissem, apenas, em material necessário para a obra. A partir desse momento, começou a viver como mendigo por escolha própria, e não aceitava ajuda de ninguém, nem mesmo dos padres de São Damião. Entretanto, quando pedia esmolas, recebia em troca insultos terríveis que o tornavam enraivecido. Mas, logo depois, como que amansasse o lobo que existia dentro de si próprio, voltava e agradecia a quem o havia insultado. Numa velha balde, guardava os restos de comida, verdadeiras lavagens que lhe serviam de alimento.

Durante a missa de reinauguração da igreja, Francisco compreendeu o real significado da mensagem de Deus. Não era a obra física que lhe fora recomendado, mas a reconstrução da verdadeira doutrina da Igreja. O padre leu uma parte do Evangelho segundo São Mateus, onde Cristo se dirige aos apóstolos para proclamar o reino de Deus: “Eis que vos envio como ovelhas no meio de lobos”. Então, reconheceu que a mensagem apostólica da pobreza, humildade e amor que Cristo ordenara aos discípulos para espalhar ao mundo era exatamente o que ele estava vivendo. Ato contínuo, começou a pregar o Evangelho, na praça de Assis.

Essa era uma época em que o dinheiro acabava de ser introduzido como moeda de troca no comércio e na indústria e, por isso mesmo, era considerado a essência de todos os valores. Como pregava exatamente o contrário, Francisco só poderia ser considerado um louco pelo povo de Assis. Não é à toa que, passado o seu primeiro sermão, Francisco recebeu zombaria e desprezo.

Entretanto, com o passar do tempo, suas palavras foram sendo mais bem compreendidas pelas pessoas que o ouviam. Entre elas, exatamente, um outro rico comerciante de Assis, chamado Bernardo de Quintavalle. Também o Cônego Pedro dei Cattani, que ouvira muitas vezes o sermão de Francisco, perguntou-lhe o porquê dele tornar-se um mendigo, e se o que os padres pregavam – a palavra de Deus – não seria suficiente. Francisco respondeu: “O que os padres ensinam na Igreja é a doutrina de Cristo, mas não o que praticam em suas vidas”.

Pouco tempo depois, em 16 de abril de 1208, o comerciante Bernardo e o Cônego Pedro resolveram, des-

calços e com roupas esfarrapadas, seguir o caminho de Francisco. O negociante vendeu todos os seus bens e distribuiu o dinheiro aos pobres na praça. Os três faziam as mesmas tarefas no lazareto, local onde viviam os leprosos, e ajudavam os agricultores nas suas tarefas cotidianas. Eles se diferenciavam dos padres da época porque, além de pregar o Evangelho, vivenciavam as palavras de suas pregações. Eram diferentes dos padres da Igreja que, apenas, liam o Evangelho, mas que viviam no conforto e na abundância. Os três levavam a vida com alegria. A pobreza os libertava de todo o peso.

Aos três se somou Egídio, um lenhador. Em duplas, decidiram empreender viagens missionárias, quando novos discípulos se integraram ao grupo. Entre eles, João, filho também de um abastado comerciante. O pai, indignado, culpou Francisco pela atitude do filho, e que tal gesto seria repreendido pelo bispo de Assis.

Dom Guido chamou, então, Francisco para uma conversa. O que o intrigava não era propriamente a reclamação do povo de Assis, mas o fato de Francisco ter assumido uma espécie de apostolado da pobreza, aumentando cada vez mais o número de seguidores, podendo levar à instituição de uma nova fraternidade. Isso, sem dúvida, ia de encontro com as atitudes da Igreja da época, preocupada, notadamente, com a posse de bens materiais. Francisco, entretanto, manteve-se na sua convicção, demonstrando que não necessitaria possuir bens materiais, e que bastava, em sua alimentação, aqueles restos de comida.

Como represália, a população de Assis, a partir, principalmente, do ingresso de João ao grupo, fecharam as portas para a irmandade de Francisco, não lhes fornecen-

do, nem mesmo, o que lhes sobrava de suas refeições. Foram tempos de fome e de miséria ainda maior.

Quando o grupo já se constituiria de oito membros, resolveram partir para a segunda jornada missionária. Novamente em duplas, Francisco e um leproso que havia sido curado, de nome Morico, foram, no primeiro momento, repelidos pela população das vilas por onde passavam. Mas, essa mesma população não passou incólume à sua contumaz alegria e à pregação evangelizadora e pediu que eles permanecessem mais tempo, pois, para aquele povo, eles representavam, na prática, a salvação de Cristo. Francisco, no entanto, durante essa viagem, entrou em um período de sérias dúvidas a respeito de si mesmo, de sua anterior vida devassa. O profundo sentimento de remorso fez com que ele pedisse a Morico que permanecesse pregando, pois, segundo ele, não merecia a graça de Deus, por ter vivido muito tempo em pecado.

Retirou-se, então, para uma caverna e pediu a Deus que o perdoasse. Naquele instante, surgiu uma luz, seguida de uma voz: “Francisco, alegre-te, teus pecados estão perdoados. Escolhi-te para que possa proclamar o meu reino”. Depois, uma visão mostrou-lhe milhares de irmãos, vindos de todos os cantos, acompanhando-o na caminhada da opção pela pobreza.

Esse fato fez com que Francisco sentisse, ainda mais, a urgência em registrar os preceitos da sua vida evangélica e que esses mesmos preceitos seriam válidos para todos os que passassem a acompanhá-lo. Começou, a partir daí, a escrever as normas de vida que ele experimentava. E o trovador de Deus cantava o que escrevia. Os seguidores dessas normas seriam chamados de Frades Menores.

Quando terminou de escrever essas regras, mostrou-as para seus companheiros, que, com ele, já somavam doze. Essas normas deveriam ser submetidas, entretanto, ao papa, em Roma.

O Papa Inocêncio III, por volta de 1210, conseguira a supremacia do poder feudal do Papado sobre o Estado. Mantinha sobre tutela reis e imperadores, e os coroava e os depunha. Um dia, embora com tamanha preocupação com os problemas da Igreja, principalmente com um movimento herético que abominava o poder mundano da Igreja, viu-se, de súbito, frente a um mendigo, que desejava falar-lhe. Era Francisco, que queria mostrar-lhe a sua doutrina sobre o Evangelho de Cristo. Imaginando ser um louco, o Papa ordenou-lhe que se retirasse. Francisco, de pronto, obedeceu.

Uma semana mais tarde, o Cardeal João de São Paulo, por quem o Papa tinha grande consideração, veio falar-lhe de um homem chegado a Roma acompanhado de discípulos e que queria expor as normas de uma nova comunidade religiosa. O Cardeal assim se referiu em relação ao apostolado de Francisco: “Acredito que Deus intenta utilizar o trabalho deles para reformar a fé de sua Santa Igreja em todas as partes do mundo”. Foi o suficiente para que o Papa, no dia seguinte, recebesse Francisco e lhe pedisse para conhecer as normas que houvera escrito. Em princípio, julgou as idéias bastante ingênuas. Afinal, para uma Igreja que se preocupava tanto com posses materiais, o ideal de Francisco não poderia ser encarado de forma diferente. O Papa ordenou-lhe que ouvisse melhor o que Deus tinha a lhe dizer.

Mesmo assim, tudo indica que as palavras de Francisco também tocaram a consciência do Sumo Pontífice. Resolveu, então, reunir o Conselho de Cardeais, para que examinasse melhor as regras do apóstolo mendigo. Este Conselho apresentou uma sugestão de que se Francisco e seus companheiros quisessem realmente viver no espírito do Senhor deveriam entrar para alguma ordem religiosa já existente como, por exemplo, a dos beneditinos. Não deveriam instituir, portanto, uma nova comunidade. A preocupação maior era, certamente, a possibilidade de perda de controle sobre aquele grupo que angariava, cada vez mais, um número maior de seguidores.

Mas, Francisco, movido pela sua convicção inabalável, colocou-se, mais uma vez, frente ao Papa Inocêncio: “Em qualquer parte onde estejamos, ou para onde formos, poderemos ter, sempre, nossa cela conosco. Pois, o Irmão Corpo é a nossa cela, e nossa alma é eremita, que fica lá dentro rezando a Deus”.

Essas colocações deixaram os cardeais mais indignados ainda. Advertiram, então, o Papa para que negasse as inovações “perigosas”, que o “mendigo” propunha. Mas, o Cardeal João de São Paulo, que ouvia, em silêncio, a discussão, disse em tom incisivo: “Se rejeitarmos a petição deste pobre homem, como algo de novo e demasiado duro de cumprir, quando tudo quanto ele pede é que a lei de vida do Evangelho seja nela confirmada, tenhamos cautela para não ofender o Evangelho de Cristo. Pois, se alguém disser que, na observância da perfeição evangélica e do voto de cumpri-la está contida alguma coisa de novo, ou de irracional, ou de impossível cumprimento, estará

esse alguém culpado de blasfêmia contra Cristo, o autor do Evangelho”.

Essas colocações do Cardeal João de São Paulo tocaram fundo na consciência do Papa e abalaram a convicção que ele tinha até aquele momento. Decidiu, então, adiar a reunião para o dia seguinte.

Naquela noite, o Papa, atormentado pela indecisão sobre as normas da nova ordem, teve um sonho: “A grande e velha basílica de São João do Latrão, com todas as suas agulhas e abóbadas, começava a tremer e cambalear, ameaçando tombar para um lado”. Ao mesmo tempo, via um homem, com as roupas rasgadas, correndo de um lado para o outro, tentando segurar a basílica. Ao acordar, Inocêncio reconheceu o homem como Francisco.

No dia seguinte, o Conselho de Cardeais voltou a colocar objeções ao grupo de Francisco: “Como poderá essa comunidade sobreviver, se não mantém bens terrenos de espécie alguma? Como poderá ela deixar de tornar-se uma carga e uma desgraça para a Igreja?”. Mas o Papa, ainda com as imagens do sonho, com grande convicção e, para espanto dos cardeais, afirmou: “Na verdade este é o homem graças ao qual a Igreja de Deus será de novo ereta”. E voltando-se para os frades conclamou: “Ide, com o Senhor e à medida que o Senhor vos for inspirando, pregai a todos os homens. Mas, quando Deus onipotente vos houver multiplicado em número, voltai de novo a mim e eu vos concederei muito mais do que isto agora, confiando-vos maiores poderes”. O Papa curvou-se, abraçou e abençoou Francisco. Era 16 de abril de 1210.

Cheio de alegria, e agora com as bênçãos do Papa, Francisco e seus irmãos partiram de volta para Assis, pregando o Evangelho e vivendo na mais completa pobreza. O Bispo Guido designou-lhe a grande catedral de São Rufino, para que ele fizesse as suas pregações. A partir daí, a Igreja passou a receber um número cada vez maior de fiéis. Até mesmo seu pai, que o havia renegado, passou a frequentar as pregações e, embora ainda tivesse restrições à “estranha” vida do filho, sentia orgulho em vê-lo, ali, abençoado pelo Papa.

“Amai-vos uns aos outros e esquecei-vos de que sois ricos ou pobres, pois um homem é somente aquilo que representa aos olhos de Deus.” Era assim a sua pregação na catedral. Mas, não eram somente palavras. Francisco e seus seguidores praticavam, concretamente, o que diziam, no telheiro, em Rivo Torto.

O número de discípulos aumentava, cada vez mais. Um certo dia, uma jovem e bela representante da nobreza local, de nome Clara, juntou-se ao grupo, encantada pelas pregações de Francisco. Havia, entretanto, profundas restrições à entrada de mulheres nesses grupos religiosos. Mas, o encanto de Clara tomou conta de Francisco. Construiu-se, então, uma cabana para que ela morasse, em companhia de outras irmãs que também se juntassem, naquela vida de oração, de evangelização e de amor aos pobres. Essa cabana foi, portanto, a célula inicial da Ordem Universal das Clarissas Pobres. Em menos de um ano, contadas as dos “franciscanos”, já eram quarenta essas cabanas, em torno do local, chamado Porciúncula.

Após um dos sermões de Francisco, um rico conde, Orlando de Chiusi, não podendo dar-lhe dinheiro e ri-

queza, até porque sabia que ele não aceitaria, ofereceu-lhe espaço numa montanha, chamada Alverno, local considerado de extrema solidão. Este fato ocasionou uma das mais sérias crises da vida de Francisco: passou a viver a indecisão entre continuar sua vida apostólica junto aos homens ou a tentação da solidão em Deus. Aconselhado pela Irmã Clara e pelo Irmão Silvestre, ele optou por permanecer no mundo dos homens, na pregação do Evangelho.

Partiu, novamente, para disseminar a palavra de Deus, no vale do Espoletto, na cidade de Bavagna, acompanhado de dois discípulos, Maseo e Ângelo. Resolvido o seu conflito pessoal, teve de volta o seu temperamento jovial, dominado pela alegria de viver. Caminhava pela estrada, cantando à frente dos seus companheiros. Numa dessas peregrinações, repentinamente, uma revoada de pássaros reuniu-se ao seu redor. Francisco começou a pregar para os “irmãos de penas”: “Pássaros, meus irmãozinhos, deveis ser muito gratos a Deus, vosso Criador e deveis louvá-Lo, porque Ele vos deu a liberdade de voar para toda parte”. Como resposta, os pássaros iniciaram um belo cântico e puseram-se a voar, ao seu redor.

Permanecendo na caminhada, Francisco chegou à pequena cidade de Alviano, pronto a iniciar a sua pregação. Como que a recebê-lo com alegria, centenas de andorinhas começaram a cantar. O povo, em silêncio. Francisco aguardou alguns instantes, inebriado pelo cântico dos pássaros, antes de dirigir-lhes as primeiras palavras: “Meus irmãos e minhas irmãs andorinhas, chegou a minha vez de falar. Vós estivestes a cantar todo esse tempo”. E elas, obedientes à sua voz, calaram. Centenas de vozes humanas gritavam, em coro: “Milagre, milagre, um santo”. E

Francisco pregou a palavra de Deus, para um público cada vez mais encantado por ele.

Essa mudança de comportamento, em resposta às palavras e aos atos de Francisco, se estendeu por todos os lugares por onde ele passava. Não foi só em Alviano, onde os habitantes aderiram, completamente, à sua pregação. Outras vilas e outros burgos da época, de toda a Itália, passaram a adotar sua forma de vida. Porciúncula e São Damião, as grutas, os mosteiros e conventos, que haviam surgido por toda a parte, mostravam-se pequenos para acolher todos os que desejavam seguir Francisco. E as regras que havia escrito para orientar a sua ação e dos seus onze seguidores – menestréis de Dona Pobreza – tornavam-se insuficientes.

Até mesmo o homem mais poderoso daquele século, o Papa Inocêncio III, embora não tendo se convertido em vida à comunidade franciscana, o fez de uma forma inusitada. Conta a história que, em julho de 1216, Francisco soube que o Papa estava à morte. Corria o boato de que a doença que o consumia era a peste e todos temiam entrar no quarto do pontífice. Francisco, embora advertido desse fato, o fez, tomou a sua mão e rezou por ele. O papa morreu, em paz, na presença de Francisco. À noite, quando levado para uma igreja, onde foi velado, os homens encarregados da segurança do velório continuavam temendo pelo contágio. Isso foi o suficiente para que ocorresse o roubo de todos os pertences do pontífice, incluindo joias e, até mesmo, a sua própria roupa. Quando Francisco soube do ocorrido, voltou, imediatamente, tirou seu capote, e cobriu-o, carinhosamente. Esse fato é

considerado, pela história, um momento de conversão do Papa Inocêncio III à humildade franciscana.

Na trajetória de Francisco, doutrina e vida eram coincidentes. No entanto, ele temia que o crescimento vertiginoso da ordem pudesse levá-la a desvirtuar os seus princípios fundamentais, calcados na pobreza, na caridade e na humildade. Por exemplo, no ano 1219, cinco mil frades reuniram-se em Porciúncula, todos seguidores dos ensinamentos concebidos por ele. Imaginava que tamanho crescimento poderia levar o seu movimento de volta para uma Igreja preocupada com bens materiais e com poderes mundanos.

Quando o Cardeal Ugolino, mais tarde Papa Gregório XI, mandou chamar Francisco e lhe pediu que indicasse alguns de seus irmãos para se tornarem bispos, ou ocupantes de outras hierarquias da Igreja, a sua resposta foi pronta: “Meus irmãos são chamados ‘menores’ para que não pensem em tornar-se maiores entre seus semelhantes”.

Entretanto, uma ordem constituída de milhares de membros seria muito difícil de ser administrada por uma única pessoa. Necessitava de uma organização e, consequentemente, de uma hierarquia, o que não era bem vista por Francisco. Coube ao Irmão Elias, um de seus discípulos, a tarefa de dar uma organização clara à ordem dos franciscanos.

O novo Papa, Honório III, havia estimulado os cristãos a travar uma guerra santa contra os “infiéis”, para convertê-los à doutrina de Cristo e conquistar a Terra Santa à Cristandade.

Em 1219, uma poderosa esquadra do exército dos cruzados partiu para o Egito, para aniquilar o “inimigo infiel”, pela força das armas. Francisco também resolveu partir para o Egito, desarmado, sem espada e sem armadura, apenas na companhia de um discípulo, com o objetivo de buscar a conversão daquele povo, pela força, somente, das palavras de amor que Cristo havia pregado.

Francisco pediu permissão ao representante do Papa, que acompanhava o exército cristão, para se dirigir ao acampamento inimigo, a fim de converter o sultão Malique al-Camil, utilizando-se da palavra do Evangelho. Foi o que aconteceu. O sultão compreendeu como sinceros os propósitos de Francisco, reconhecendo-os como preceitos divinos: “Meu querido irmão, ide e rezai por mim, para que Alá possa revelar-me qual a fé de que ele gosta mais”. Chamou, então, um subalterno e lhe pediu que escrevesse uma permissão, para que Francisco fosse autorizado a viajar por toda a Terra Santa, nos lugares sagrados cristãos.

Quando em 1220, Francisco regressou dessa viagem ao Egito e à Síria, encontrou a comunidade dos frades muito bem organizada e instalada em construções luxuosas e confortáveis. Parecia que o seu ideal fora vencido pelas necessidades práticas do mundo. Estes fatos deixaram-no entristecido e irritado. Para ele, o seu poder não se constituía em ditar regras e em exercer autoridade sobre os outros. Só conhecia um caminho de orientação: a influência através do exemplo.

O Cardeal Ugolino decidiu que ele próprio seria responsável para tentar convencer Francisco de que sua ordem necessitava de uma nova regra para que pudesse

se manter una. Disse ele: “Francisco, a regra que vós traçastes em Porciúncula servia para uma dúzia de homens, vivendo todos sob vossa direta supervisão. Mas, não serve mais para uma ordem de milhares que vivem dispersos pela face da Terra. Se quiserdes que vossa santa obra beneficie a humanidade e a Igreja, tereis de dar nova redação à regra, com maior sobriedade e circunspeção, de modo que todos os irmãos possam aceitá-la como uma base para restaurar a paz”.

Francisco refugiou-se em uma caverna, acompanhado de três de seus discípulos mais próximos, para reescrever os ditames. Na primavera de 1221, a nova redação já se encontrava pronta. Apresentada a mais de três mil frades, ela não passava, na verdade, de uma nova versão, calcada nos mesmos apelos e princípios de simplicidade e de humanidade.

Novamente, o Cardeal Ugolino interpelou Francisco: “Irmãos, vossa regra é maravilhosa. Mas uma regra deveria ser algo por meio do qual homens e mulheres pudessem viver. Deveis modificá-la”. Depois de reescrevê-la diversas vezes, sem nunca ter sido aceita, Francisco foi alijado da missão. O próprio Cardeal, ajudado por Elias, decidiu elaborar uma regra “necessária para uma grande ordem”. Foi aí que foi suprimida do texto a alusão à “Dona Pobreza”.

Talvez esteja aí a grande questão da vida franciscana, no contexto da Igreja como um todo, nos tempos de Francisco. Como se tratava de uma Igreja movida por interesses materiais e ambições de poder, Francisco era considerado, pelos maiores escalões eclesiásticos da época, um rebelde que deveria ser controlado. Por isso, as

diversas tentativas de enquadrá-lo em normas ditadas pela hierarquia da Igreja, o que ia de encontro à verdadeira essência da vida pregada por Francisco, pois ela se abstraía de todo e qualquer apego material. Para Francisco, tudo teria de ser dividido.

Talvez ele tenha, neste momento, aberto uma cisão dentro de sua própria ordem. Ele teria de reconstruir o seu movimento, a partir do seu próprio exemplo de vida. Ele teria, mesmo que com o arremedo de vida que lhe restava, deixar o seu exemplo. Ele já se encontrava doente, vítima de tracoma, doença endêmica no Egito e que adquiriu durante sua estada naquela região. Seus olhos encontravam-se inflamados e a luz do sol, que tanto amava e que lhe permitia perceber os homens, as árvores, as flores, as aves e tantas outras coisas belas da natureza, agora lhe cegava ainda mais a visão. Não se queixava da doença e nem do pesar que lhe causava o cisma de sua ordem. Francisco dedicara sua vida à imitação de Cristo e, por isso, tinha também que acompanhá-lo no caminho da cruz. Consta, inclusive, que, nos dois últimos anos de vida, apresentava as mesmas chagas de Cristo, quando crucificado.

A pedido do Cardeal Ugolino, Francisco foi levado a Riéti, onde existiam muitos especialistas em olhos, para que tentassem livrá-lo da cegueira total. Várias tentativas foram realizadas, mas todas sem sucesso. Por fim, o último procedimento, brutal e derradeiro, foi o de cauterizar o rosto. Uma barra de ferro achatada incandescente foi colocada sobre seus olhos, mas de nada adiantou. Ao contrário, uma tosse o fez expelir sangue, antevendo que a morte se aproximava.

O trovador de Deus, mesmo com todo este sofrimento, que o acompanhou por mais seis meses, nunca perdeu a alegria de vida e sempre tinha uma canção nos lábios. Seu último desejo era ser levado de volta a Assis. E assim aconteceu em agosto de 1226. O Bispo Guido, o mesmo que havia conduzido a sessão de julgamento de Francisco com seu pai, ofereceu-lhe o salão do palácio para que passasse os últimos momentos de sua vida. Depois de permanecer algum tempo naquele mesmo salão que lhe servira para ser julgado, Francisco foi transportado para a Porciúncula, onde desejava morrer e ser enterrado. No caminho, tendo Assis a seus pés, desejou vê-la pela última vez. Seus olhos já não lhe permitiam as imagens da cidade que ele tanto amou. Mas, essa escuridão que lhe fora imposta pela doença foi iluminada com a luz de sua alma. E ele a abençoou. Tendo chegado ao seu último destino terrestre, fez um derradeiro pedido: “Descansai meu corpo nu no chão nu, pois, assim, nos braços de minha querida Dona Pobreza, desejo eu morrer”. Ao pôr do sol do dia 3 de outubro de 1226, morreu Francisco de Assis.

3. O São Francisco que mora em cada um de nós

Não é difícil um coração servir de moradia para São Francisco de Assis. Basta que ele seja arquitetado pela generosidade, construído pela solidariedade e mobiliado pela humildade. Não há como ficar imune a uma simples leitura da vida deste santo que foi considerado o “homem do milênio”.

Aliás, a vida de São Francisco já provocou, ao longo dos séculos, profundas mudanças no comportamento humano. Fatos atribuídos a ele, como o sermão aos pássa-

ros e o milagre das andorinhas, por exemplo, produziram transformações nas artes, na literatura, nos sentimentos e no pensamento científico. A representação de São Francisco falando ao sol, às nuvens, às flores e aos animais causou uma reconciliação, um resgate do espírito do cristianismo com o amor à natureza.

São Francisco também suscita o contraditório que está em cada um de nós. Não é por acaso que, na história da humanidade, é nos tempos de barbárie que floresce, com maior viço, o chamado espírito franciscano. Quem sabe, exatamente, o mesmo paradoxo da vida de São Francisco: de uma vida mundana marcada pela opulência e pela luxúria, a uma existência determinada pela pobreza e pela humildade.

Talvez o momento atual da nossa história seja um dos que mais reclama esse mesmo contraditório da vida de São Francisco. As guerras, em nome do poder, do dinheiro e do nada, às vezes, paradoxalmente, em nome de Deus; a violência, a fome, a miséria, o desdém, a discriminação, entre outras mazelas, invocam a busca de novos valores e referências, calcados nos sentimentos praticados por São Francisco de Assis. Talvez, o resgate do verdadeiro conceito de humanidade. Mas, ele se rebelou contra o discurso vazio, sem a prática correspondente. Ele realizava, efetivamente, a sua pregação. Quem sabe, então, uma vida a ser imitada, com devoção, nos dias atuais.

Assistimos, hoje, a uma perversa divisão do mundo em duas partes. Na fronteira, o mercado, a carimbar passaportes e distribuir “vistos de entrada”, simbolizados nos selos das melhores grifes e na vida marcada pela opulência. Esse mesmo mundo tem uma nova constituição, chamada globalização, e uma nova religião, o consumismo. Há uma

nova pregação, quase fundamentalista, disseminada pela mídia: há de se converter para essa nova religião, para se transpor a fronteira da inclusão, delimitada pelo mercado.

O mundo de hoje preocupa-se, novamente, com a construção, não apenas de “igrejinhas”, como a de São Damião, mas de “catedrais” reluzentes e ornamentadas com os mais ricos bens materiais. Os sentimentos que marcaram a vida de São Francisco de Assis correm o risco de serem, também novamente, desdenhados e ridicularizados. A compaixão, a solidariedade, o amor ao próximo ficam longe do despudor do lucro e do poder a qualquer preço. Mesmo que “em nome de Deus”.

Fico imaginando como será esse mesmo mundo, nos tempos que estão por vir. Que futuro restará aos mais de um bilhão de pessoas que padecem, hoje, da dor da fome e são considerados pesos mortos na contabilidade das preocupações do mundo moderno.

O homem transformou-se em um, na multidão. Isolado, a tecnologia o coloca em contato com o mundo, mas ele vive entre quatro paredes. Perdeu a consciência do coletivo e o sentimento da compaixão. É um concorrente, no lugar do semelhante. Os bens materiais lhe dão forma. Preocupa-se em ter, no lugar do ser. Não consegue amansar os lobos que se criam e se desenvolvem dentro de si próprio. Vale-se, cada vez mais, da autoajuda, como se problemas e soluções se resumissem na sua própria individualidade.

Ainda assim, a minha esperança se move inspirada na vida de Francisco de Assis. Eu acho que a humanidade, embora tamanha barbárie, retratada na violência, nas guerras, na fome e na miséria, carrega, em si, no mais in-

terior do seu íntimo, o dom do sentimento franciscano. Talvez não seja necessário, novamente, anunciar um novo João, que pode ser Francisco, que pode ser o Messias. Eu ainda acredito que os ideais de São Francisco não morreram. E que serão, cada vez mais, caudalosos os seus seguidores. O funcionário do Ministério da Agricultura não está só. Cada um de nós tem, no seu mais íntimo, algo de “anjo da noite”. Talvez o maltrapilho e esfarrapado, numa esquina qualquer da nossa maior cidade, repleta de luzes, seja a encarnação viva de São Francisco de Assis. Ele pode estar reconstruindo uma nova igreja na consciência de cada um de nós.

4. Eu tenho fé

São Francisco de Assis, considerado o homem do milênio, na sua peregrinação, em nome dos mais pobres e desvalidos, disse ter, um dia, ouvido uma voz: “Não vêes que a minha Igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a, para mim”. Pois, hoje, parece que ouvimos a mesma voz que ecoou nos ouvidos de São Francisco. Como naqueles tempos, há uma “Igreja restaurada, não somente a igreja de tijolos e argamassa, mas a Igreja construída na fé, na humildade e no amor ao próximo”.

Há oito séculos, numa cerimônia religiosa, o celebrante leu uma parte do Evangelho de São Mateus, onde Cristo se dirige aos apóstolos, para proclamar o reino de Deus: “Eis que vos envio, como ovelhas no meio de lobos”.

São Francisco reconheceu, naquele instante, que as mensagens apostólicas, as mesmas que Cristo ordenara

aos discípulos, para que espalhassem ao mundo, era o que ele tinha de viver, na plenitude. Ato contínuo, começou a pregar os princípios de humanidade, de solidariedade e de compaixão, por todos os lugares por onde passava.

Pois bem, já se vão oito séculos desde a primeira pregação de São Francisco. Oito séculos de franciscanismo! Quem sabe Deus esteja dizendo, novamente, nestes nossos tempos, aos seguidores dos princípios franciscanos: “Não vês que a minha Igreja está em ruínas? Vai, e restaure-a, para mim!” Agora, mais que em outros tempos, entendemos melhor que não é, somente, aquela igreja material, mas aquela fincada nos valores da humanidade, da solidariedade, da compaixão e do amor ao próximo.

São Francisco viveu numa época de impetuosa mercantilização de bens materiais. Nós vivemos um momento de criminosa mercantilização de consciências. Muitas vezes, de pecaminosa mercantilização da fé.

Não sei se podemos nos considerar, agora, como as ovelhas dos textos bíblicos, mas, estou certo, nestes nossos novos tempos de disseminação da barbárie, que estamos, novamente, “no meio de lobos”. Onde se incluem, também, os “lobos” que estão dentro de nós.

Não é concebível, por exemplo, que, numa cidade que Deus fez tão maravilhosa, como o Rio de Janeiro, homens, criados à Sua semelhança arrastem, pelas suas ruas, um menino inocente, ante a aflição dolorosa de sua mãe. Nem que uma menina, também inocente, tenha seus mais belos sonhos ceifados, supostamente, pelo próprio pai. Nem que os senhores da guerra se arvorem em se constituírem em novos deuses. Nem que se banalize,

enfim, o sopro divino da vida, nas miras, nas balas perdidas, dos gatilhos e dos rastilhos.

O resgate dos valores perdidos pela humanidade é a Igreja a ser reconstruída. Uma Igreja edificada nos princípios da paz. Como disse Mahatma Gandhi, “a não violência é a mais alta qualidade de oração. A riqueza não pode consegui-la, o orgulho devora-a, a gula e a luxúria ofuscam-na, a mentira a esvazia, toda pressão não justificada a compromete”. “Não há caminho para a paz, a paz é o caminho.”

A paz só se concretizará se compreendermos, e viabilizarmos, as verdadeiras necessidades do povo, enquanto seres verdadeiramente humanos, tal e qual foram concebidos pelo Criador. O caminho de paz já foi orientado, para todos nós, pelo Papa Bento XVI. Disse ele: “Somente através de um comum empenho de partilha é possível responder ao grande desafio do nosso tempo, isto é, construir um mundo de paz e de justiça, no qual cada ser humano possa viver com dignidade”.

Martin Luther King, em um dos mais inesquecíveis momentos do século passado, que inspirou uma geração inteira, na luta de um povo pelos mesmos princípios franciscanos de liberdade, de dignidade, de humanidade, de solidariedade e de cidadania, bradou, ante milhares de pessoas: “Eu tenho um sonho”. Disse ele: “Eu tenho um sonho que, um dia, esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença – nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais”.

Como Luther King, eu também tenho os meus sonhos. Aliás, eu tenho mais que sonhos: **eu tenho fé**.

- **Eu tenho fé** em um Brasil onde todos, homens e mulheres, sejam, realmente, cidadãos na sua plenitude, sendo-lhes assegurados todos os direitos sociais, políticos e econômicos.

- **Eu tenho fé** em um país onde os políticos sejam, realmente, representantes das aspirações do seu povo, e não seus usurpadores, e que a vontade coletiva ocupe o lugar dos interesses individuais.

- **Eu tenho fé** em um país sem impunidades, onde a lei seja cumprida, em todos os segmentos da população.

- **Eu tenho fé** em um país onde as crianças possam sonhar com um futuro mais digno, mais humano e mais cidadão.

- **Eu tenho fé** em um país que, bonito por natureza, seja respeitado no seu meio ambiente, não importa se nas pequenas flores dos seus jardins, ou na imensidão da sua maior floresta.

- **Eu tenho fé** em um país sem qualquer discriminação de raça, de cor, de gênero, de condições sociais, econômicas e geográficas.

- **Eu tenho fé** em um país onde os idosos, detentores de experiências acumuladas, tenham direito a uma existência digna, e que sejam respeitados nas suas necessidades de políticas públicas.

- **Eu tenho fé** em um país iluminado pelo saber, fora da escuridão do analfabetismo.

▪ **Eu tenho fé** em um país onde as pessoas possam transitar, livres e seguras, por suas ruas e avenidas, sem o risco da bala perdida, ou mirada.

▪ **Eu tenho fé** em um país sem tamanhas desigualdades pessoais e regionais de renda, e onde todos tenham direito ao trabalho dignificante.

▪ **Eu tenho fé** em um país sem a dor da fome e da miséria, onde todas as mesas de refeições sejam, de fato, de comunhão.

▪ **Eu tenho fé** em um país onde todos tenham direito à moradia, mesmo que singela, fora das pontes e dos viadutos que lhe servem de lar, e das sarjetas, que lhes restam como meio-fio.

▪ **Eu tenho fé** em um país sem as dores das filas dos hospitais, na loteria da vida de quem pode viver, e de quem deve morrer.

▪ **Eu tenho fé** em um país onde a contribuição de cada um, não importa o valor, seja, efetivamente, partilhada entre todos, de acordo com as suas necessidades, e não apropriadas por poucos, que se locupletam do poder.

▪ **Eu tenho fé**, enfim, em Deus e, mesmo que tenham se distanciado, tanto, Dele, eu também tenho fé nos homens, exatamente porque foram feitos à Sua imagem e semelhança.

II. SER FRANCISCANO NO MUNDO DA POLÍTICA

Ser franciscano no mundo da política, nos dias atuais, é marchar contra a corrente. Pelo menos da prática política. Nada mais coerente para um político que procura seguir o carisma franciscano: São Francisco, igualmente, optou, através da confissão e da prática religiosa, pela contramão da política, no seu tempo. Mais do que isso: ele tinha a opção, garantida, de viver na opulência, de usufruir da política daquela época, mas preferiu a humildade religiosa, que continuou, felizmente, tempos afora.

Eu não consigo imaginar, hoje, um mundo sem o legado de São Francisco de Assis. Mas, eu não vejo, também, na história, um momento em que fosse tão necessária a prática franciscana, como agora. Principalmente a prática franciscana no mundo da política.

Não há dúvida de que, no Brasil e na imensa maioria dos países, o discurso político tem fortes correlações com o franciscanismo. A ação, nem sempre. Na palavra, a opção preferencial pelos pobres. Na prática, a ação preferencial pelos nobres. Está aí, quem sabe, espelhando-se no exemplo de vida de São Francisco, a chave mestra para a disseminação do carisma franciscano no mundo da política: fazer aproximar o discurso da prática.

A principal característica de um franciscano, fora ou dentro da política, é a sensibilidade. Ser capaz de compartilhar a dor do semelhante. Incluir-se no projeto divino da criação, não apenas como um indivíduo, isolado, como se este mesmo projeto se resumisse, apenas, ao sexto dia. Ou, pior ainda, ao sétimo. A dedicação de São Francisco de Assis às plantas, aos animais, ao sol, à lua e às estrelas é o melhor ensinamento de que o homem tem de se imaginar integrado na natureza idealizada pelo Criador.

Eu entendo que é possível, mantidas as devidas proporções, fazer um paralelo entre o mundo atual e o momento histórico vivido por São Francisco de Assis. Isso é importante para que a gente possa refletir como é possível ser franciscano no mundo da política, nos dias atuais. Como uma história que aconteceu há oitocentos anos pode se constituir, ainda, passado tanto tempo, de referência para explicar e, sobretudo, para orientar a ação verdadeiramente política, em favor de toda a população, principalmente dos mais pobres.

A época de São Francisco foi um momento de grandes mudanças no que podemos chamar, agora, de “economia”. Foi o tempo em que a moeda adquiriu, de fato, a função nos moldes que conhecemos hoje. Essa mudança também refletiu na política da época. Houve uma profunda alteração no perfil do poder vigente naqueles tempos. Os senhores feudais deram lugar a uma nova classe dominante, ligada ao mundo dos negócios, ao mercado, ao domínio das cidades sobre a nobreza do campo.

A Igreja da época também não fugia a essas transformações. Ela demarcava o seu poder exatamente pela posse de bens materiais. Para isso, os representantes da Igreja

eram, muitas vezes, mais guerreiros do que missionários. Havia, inclusive, uma supremacia dos papas sobre os reis. Imagine-se, então, São Francisco de Assis, com sua pregação de humildade, de solidariedade e de pobreza, neste mundo material, de opulência.

É bastante evidente que, em proporções maiores, o nosso momento também é de grandes turbulências no cenário econômico, que vem de muito antes da atual crise. Isso tem mudado, também, o perfil da política, do poder. Hoje, não há dúvida, por exemplo, da supremacia do capital financeiro nos destinos da economia, da sociedade e, conseqüentemente, da política.

Como, então, ser franciscano, neste mundo da política? Como pregar e, sobretudo, exercitar a humildade, a solidariedade e o amor ao próximo, em um mundo que se constrói, cada vez mais, a partir de interesses materiais e, sobretudo, financeiros? Como, onde e o que ouviríamos de São Francisco, se ele vivesse nos nossos dias?

Hoje, assiste-se a uma total mercantilização da vida, em todos os aspectos, inclusive na religião. O “ter” tomou, numa escala preocupante, o lugar do “ser”. Até algum tempo atrás, era preciso ser para ter. Hoje, a sociedade, mercantilizada, inverteu estes papéis: é necessário ter para ser.

Isso dividiu o mundo em dois, separados por um muro de paredes virtuais, mas de alicerces bastante concretos, construído pelo mercado. De um lado, os que conseguem ultrapassar este muro, com o passaporte das mais renomadas grifes; de outro, os “excluídos”, nossos semelhantes, mas que são considerados, pelo mercado, o “lado escuro”.

Os primeiros “têm”. Os segundos, nem chegam a “ser”, do ponto de vista dos que “têm”. Muitas vezes, são considerados como um fardo, algo pesado e custoso, contabilizados na “conta” do “passivo”. O mundo do mercado pratica, portanto, um franciscanismo às avessas.

São Francisco experimentou, também na sua época, os dois lados deste muro. Ele, que tinha vivido no lado da opulência, mudou, a partir de sua conversão, para uma vida marcada pela humildade e pelo total despojamento. Seu pai era um representante daquela mesma burguesia emergente, como grande comerciante de tecidos. Mas, Francisco optou por uma vida contrária a tudo o que estava acontecendo no seu tempo e, como decorrência, contra todos os representantes dessas classes, até então dominantes, ou emergentes. A história mostra que contra o seu próprio pai.

As suas ações o colocavam contra os antigos nobres, contra a nova classe dominante e contra a Igreja ávida por posses. Em suma, ele se colocou contra o poder. Não é à toa que ele era considerado um “intruso” para todas essas classes civis e religiosas. Como contraponto, a nova classe dominante tentava ridicularizá-lo. O povo, influenciado, deixou de lhe doar, inclusive, os restos de comida. A Igreja, observando que o número de seus seguidores aumentava, cada vez mais, tentou burocratizá-lo, através de regras, ou enquadrá-lo numa ordem já existente.

É mais ou menos isso o que acontece quando alguém, hoje, se propõe cultivar, e difundir, princípios franciscanos no mundo da política. Há de se ter coragem, inclusive sabendo que se pode ser “ridicularizado”, tal e qual aconteceu com São Francisco. No mínimo, o que pode ocorrer é “uma pregação no deserto”. O discurso franciscano

não combina com os interesses do mundo dos negócios. O lucro não tem pudor. Nem solidariedade. Na maioria das vezes, nem mesmo compaixão.

Na política, o que vemos, nos dias atuais, é algo bem parecido. O pudor não tem orientado as melhores ações, neste campo. Entretanto, tanto na economia como na política, estamos vivendo uma época de grandes transformações, no Brasil e no mundo. Nos países mais desenvolvidos, a vitória de correntes que poderiam ser consideradas menos tradicionais. A eleição de Barack Obama, nos Estados Unidos, é um dos exemplos mais significativos desta mudança de perfil político. Quem diria, eleito em um país onde, pouco antes de ele nascer, Rosa Parks, negra como ele, foi presa porque se negou a ceder lugar em um ônibus a um branco. O mesmo país, também onde, depois, recém-nascido o presidente eleito, um outro negro, Martin Luther King, disse para milhões de ativistas pró-direitos civis: “Eu tenho um sonho”. As lágrimas de contentamento do Pastor Jesse Jackson, que escorreram pelas telas das televisões de todo o mundo, são a prova mais que fiel de que a eleição de Barack Obama significa a realização do sonho de Luther King.

A América Latina também passou, nos últimos anos, por modificações profundas, em termos de representação política. O Brasil não fugiu à regra. Houve uma significativa alteração no perfil das nossas elites. Ela se renovou, e um novo segmento ocupou o lugar dos antigos “coronéis da política”. Neste cenário, no Brasil, também como exemplo, elegeu-se um presidente que saiu das classes menos favorecidas da população. Houve, então, uma

grande expectativa de que, a partir daquele momento, teríamos uma mudança de postura política, no Brasil.

Mas, isso aconteceu, também, em um momento de, poderia dizer, total mercantilização da vida. Derrubou-se um muro e fortaleceu-se outro, agora com a argamassa do mercado. Diria mais ainda: instituiu-se uma espécie de novo-Deus, o deus-Mercado. É ele que dita as normas de procedimento, os valores, os costumes, os modos de vida. E a política foi atrás. Quem sabe, na frente.

Esse deus-Mercado criou, também, uma nova espécie de religião: o consumismo. Idem, uma nova “bíblia”: a globalização. Ai de quem não seguir os dogmas do consumismo: são excomungados pelos novos “sacerdotes” do deus-Mercado. Ridicularizados, excluídos, considerados, também, o “lado escuro do mundo”.

Isso provocou, igualmente, uma mudança radical de valores. O individualismo tomou o lugar do coletivismo. O homem passou a ser um, na multidão. Ele se conecta com o mundo, mas vive entre quatro paredes, como que um eremita por penitência ao consumismo.

O espaço público, onde as pessoas se integravam, deu lugar aos corredores dos *shoppings centers*, onde as pessoas buscam prazeres individuais, hipnotizadas pelo apelo ao consumo, sob pena de exclusão.

O “próximo” deixou de ser um semelhante, e se transformou em um concorrente. Pela vaga no emprego, na escola, no estacionamento e, até mesmo, na fila do hospital. É um, no lugar do outro, e não mais a soma dos dois.

Os pilares que sustentavam a formação das pessoas também se corroeram, em todo esse processo de mudança. A família, a escola e a igreja deram lugar, principalmente, para a televisão. Hoje, as crianças e os adolescentes passam mais tempo na frente da TV do que nas salas de aula e das moradias e nas catequeses. O diálogo deu lugar ao monólogo. Os pais, professores e pastores já não são os principais educadores. A informação ocupou o lugar da formação.

Mas, o que chama mais a atenção é que a TV se transformou, também, em instrumento de “doutrinação” do “deus-Mercado”, com pressões, diretas e subliminares, pelo consumismo. Para que se transponha para o seu lado do muro, mesmo que seja através da violência. Não há dúvida de que a barbárie é, na sua formação, fruto da perda de valores antes disseminados por aquelas três instâncias de formação e de educação.

Neste mundo de individualização, a política seguiu, também, os mesmos passos. Ela deixou de se constituir numa atividade com finalidades coletivas para ser, cada vez mais, individual, ou de interesse de grupos. O político não pensa mais no povo enquanto coletividade, mas naquele que financiou a sua campanha, ou que poderá, ainda, fazê-lo. Pior, pensa em si próprio. Embora, ainda, com uma propaganda de “obra para o povo”, o seu esforço se dá no sentido do maior retorno para si, ou para os seus seguidores mais próximos. Há, portanto, um discurso e uma prática, transitando em mãos diferentes de direção.

É interessante, para ilustrar essa mudança, a própria orientação ditada na chamada “Oração de São Francisco”. Até um determinado momento, “é dando que se rece-

be” significava uma espécie de indulgência, para quem se doava pelo povo, principalmente os mais necessitados. O importante, neste ensinamento, era o “doar”. Hoje, a mesma frase passou a significar o contrário: o que vale, na mesma lição, é, muito mais, o “receber”. Não há que se doar. Tem-se de “receber”. Ou, se doa no discurso, e se recebe na prática. A ação não é mais aquela que beneficia um número maior de cidadãos que dela necessita, mas a que propicia maior retorno, financeiro inclusive, para o político que por ela decidiu.

Então, ser franciscano no mundo da política, nos nossos tempos, é, como São Francisco na sua época: marchar contra o poder, agora em novos moldes. Um poder que se preocupa, individualmente, com bens materiais. Não mais com o bem coletivo, como se fazia política, há algumas décadas.

Quem faz política hoje, nos moldes franciscanos, corre o risco de ser, no mínimo, “folclorizado”, recebe a pecha de ultrapassado, de jurássico, extemporâneo. A política também criou, portanto, a sua “grife”. Quem não a usa está “fora de moda”. É ilustrativa a experiência, quando se aborda temas como humildade e solidariedade, princípios típicos do franciscanismo, portanto. Não há a devida repercussão. Entretanto, são os temas que mais instigam o recebimento de mensagens de todos os cantos e recantos deste País. Isso quer dizer que o discurso político se distanciou dos princípios franciscanos. Imagine-se, então, a prática.

Aí, então, vem à tona outro preceito vivido por São Francisco: a prática, e não apenas o discurso, a fala, a palavra. Ele dizia, inclusive, que a Igreja do seu tempo apenas pregava o Evangelho. Mas, não o exercitava. Não há

diferença, portanto, da política, nos nossos tempos. Uma distância maiúscula entre o discurso e a prática. Promete-se muito, para se atrair, cada vez mais, fiéis, denominados “eleitores”, mas pouco se faz, depois de eleitos. O discurso é coletivo, e a prática, individual.

São Francisco tinha o contraponto dos cardeais. Eram eles que alertavam o Papa sobre o perigo do crescimento de uma congregação, que pregava o desapego às coisas materiais. Isso ia contra os interesses da Igreja da época. É, também, algo parecido com o mundo da política, nos nossos dias. O discurso “franciscano” da humildade, da solidariedade, do bem coletivo e do amor ao próximo afronta a prática do compadrio, do interesse individual e de grupos. Portanto, na política, também existem os “cardeais”, que se travestem de “líderes”, de lobistas, de financiadores de campanha, entre outros “representantes”. São eles os novos “cardeais” da política. Eles, igualmente, temem que um discurso de “sacerdócio na política” também estimule um grande número de seguidores, capaz de lhes empanar a prática do “dando, que se recebe”, agora num sentido antifranciscano.

O que fazer, então?

Talvez não haja referência melhor, para o mundo da política, que o franciscanismo. Aliás, São Francisco de Assis deveria ser o patrono da classe política, em todo o mundo. O político deveria abrir mão, ao contrário do que acontece hoje, de toda e qualquer idiosincrasia individual. Ele deveria ser, como concepção de vida, um ser eminentemente coletivo. A política como um verdadeiro sacerdócio, e não como realização pessoal, como *status* ou, pior, como instrumento de locupletação com dinheiro público.

São Francisco também teve a opção, até mesmo a “tentação” de se isolar numa montanha, num lugar que lhe seria doado. Mas, ele preferiu continuar na sua pregação, junto ao povo.

É por isso que o universo clama, hoje, por uma nova conversão. Não do povo aos preceitos de São Francisco de Assis, porque ele já sobrevive, aos milhões, na miséria vivida por ele. A conversão ao franciscanismo, no caso, tem que ser dos seus representantes políticos, exatamente para que o povo não continue a viver na miséria, como São Francisco.

Hoje, o mundo tem mais de um bilhão de pessoas passando fome. É de uma profunda consternação as imagens veiculadas pela imprensa nos campos de miséria da África, do Haiti e de tantos outros cantos do planeta, principalmente nas periferias das grandes cidades. Não é para estes irmãos que temos que pregar o franciscanismo. É por eles. O mundo da política tem que se converter a princípios como os pregados por São Francisco, para que esses irmãos sejam incluídos na nossa mesa de comunhão.

Acho que não cabe, nos dias atuais, uma pregação, pura e simples, contra o supérfluo. Não há que se blasfemar contra o “deus-mercado”. Seria algo assim como se insurgir contra “moinhos de vento”. Seria confundir personagens da literatura e da história. Nada contra se praticar, na política, além do franciscanismo, o “quixotismo”. Mas, eu creio que o melhor caminho seja, hoje, lutar pela melhor distribuição do necessário. Não há como conviver, ainda, com tamanha disparidade de distribuição de renda.

Não há como conviver com tantas crianças morrendo de fome, enquanto impera a opulência em, apenas, um

dos lados do mundo. No Brasil, quase a metade das famílias com crianças na primeira infância possui rendimento médio *per capita* de até meio salário mínimo. No mundo, duzentos milhões de crianças dormem, todos os dias, na rua. A fome já atinge, como disse, um bilhão de pessoas.

Numa visão otimista, como sempre foi a minha, é desta forma que eu vi, inicialmente, o Programa Fome Zero, no Brasil. Não só uma necessária distribuição de alimentos para quem passa fome. Para quem não tem absolutamente nada para comer. Mas, eu também vejo a experiência como uma enorme oportunidade de despertar os mais nobres sentimentos de solidariedade, muitas vezes existentes, mas adormecidos. De repente, parece que a população percebeu que havia uma multidão do outro lado do muro do mercado.

Foi assim que eu entendi, por exemplo, a proposta do Betinho. Não só uma coisa imediatista e, muito menos, populista. Menos ainda para angariar eleitores e votos. Ao contrário, eu vi na idéia do Betinho um patamar inicial de construção da verdadeira cidadania. Que, numa etapa posterior, o tal muro, para essas populações, seria transposto, pelo menos quanto aos bens de primeira necessidade, adquiridos através do trabalho e do suor.

Mas, tal e qual em outros grandes problemas brasileiros, esses sentimentos afloram, quase que somente, nos momentos de comoção e de indignação. Uma grande catástrofe e a radicalização da violência, por exemplo. Além disso, o querer “ter”, cada vez mais, no lugar do “ser”, somado à necessária, e árdua, luta pela sobrevivência, imposta pelo mundo atual, ocupa, também cada vez mais, a energia das pessoas. Sobra, portanto, muito menos tempo

para a prática da solidariedade. Menos tempo, inclusive, para o convívio familiar. É o mundo moderno dificultando a prática franciscana da solidariedade.

Portanto, não haverá melhores resultados de programas que incitem os sentimentos franciscanos, se eles forem concebidos, apenas, em momentos de “soluço”. É por isso que o “carisma franciscano” é tão importante nos dias de hoje. É preciso, então, incutir, na sociedade como um todo, os princípios que fundamentam o franciscanismo, enquanto modo de vida, na sua essência, e não, apenas, como resposta a acontecimentos que causam comoção e indignação, mas que se tornam, quase sempre, sentimentos que se vão nas dobras das esquinas dos nossos esquecimentos.

Não há, também, que se esperar que o “mundo político” se converta aos princípios franciscanos. A “mercantilização” da política parece ser, igualmente, um caminho de difícil retorno. A permanecer a situação atual, as decisões políticas maiores sempre se voltarão, prioritariamente, para um lado do muro. Para o outro lado, quando muito, políticas compensatórias. Exemplo mais evidente, e atual, é a liberação de recursos para estancar a recente quebra dos mercados financeiros de todo o mundo. Foram trilhões de dólares, tomadas de imediato. Pois bem, para se dobrar a produção de alimentos no planeta, e matar a fome de mais de um bilhão, seriam necessários menos de trinta bilhões de dólares, valor relativamente tão menor, que vem sendo reclamado há muitos anos, sem o merecido sucesso.

Desta forma, o carisma franciscano somente se disseminará de fora para dentro do mundo da política. E,

ele deve ser resgatado a partir dos mesmos “pilares” que se corroeram nestes tempos de mercantilização, inclusive da própria política: a família, a escola e a igreja. Nenhum destes “pilares” se sustenta sozinho. Há que se resgatar, no diálogo familiar, na educação escolar e na evangelização, os valores que se perderam nestes tempos em que o mercado e o lucro ditaram as normas de conduta da população e dos seus representantes políticos.

Com certeza, haverá, aí, também, tentativas de ridicularizar esse discurso e essa prática. Haverá, como nos tempos de São Francisco, uma forte corrente contrária, ora para, aos moldes daqueles tempos, tentar burocratizar esse mesmo discurso, ora para seduzir os “seguidores” do carisma franciscano de hoje com adaptações que não impliquem em mudanças significativas na prática.

Há que se aproximar o carisma franciscano ao mundo da política. Como nos ensinamentos de São Francisco de Assis, é preciso unir palavra e ação. Despertar a solidariedade que mora no coração do ser humano, desde a sua concepção, e que se encontra hipnotizado pelos pêndulos do mercado. O franciscanismo é o contraponto do consumismo. É preciso resgatar o verdadeiro sentido do “ser” humano. Um ser criado por Deus, à Sua imagem e semelhança. Cumprir os destinos traçados por Este mesmo Criador: o trabalho, com o suor do próprio rosto. Não como castigo por eventuais pecados originais, mas como um exercício pleno de cidadania. Quem sabe possamos, então, inverter o enunciado: não mais o “carisma franciscano no mundo da política”, mas “a política no mundo do carisma franciscano”.

CARTA DE BRASÍLIA



Celebração Latino-Americana e Caribenha do 8º Centenário do Carisma Franciscano

REVIVER O SONHO DE FRANCISCO E CLARA DE ASSIS
NO CHÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

17 a 19 de outubro de 2008
Brasília - Brasil

CARTA DE BRASÍLIA

Excelentíssimos Senhores Governantes

Francisco de Assis em seu tempo, movido pelo anseio de concretizar o projeto de Deus em relação a toda a criação, escreveu uma carta aos governantes. Hoje, nós da Família Franciscana do Brasil, da América Latina e do Caribe, reunidos na celebração dos 800 anos do nascimento do Carisma Franciscano, nos dirigimos aos Senhores Chefes de Estado e a todos os dirigentes e mandatários das nações do continente da esperança com a nossa saudação de Paz e Bem!

Os franciscanos e franciscanas participantes deste congresso sentem-se honrados e felizes de serem filhos e filhas destas terras exuberantes em riquezas naturais, com potencial de oferecer uma vida digna para todos os seus

habitantes. Nossos povos refletem por todo esse chão uma diversidade étnica e cultural, manifestada na acolhida, solidariedade, alegria e capacidade de convivência, fruto da imensa riqueza humana de suas populações.

Oriundos de todos os cantos ouvimos dois pungentes clamores: um é o brado da Mãe Terra e outro a queixa lancinante dos milhões de irmãos e irmãs famintos, doentes, marginalizados, excluídos e condenados a morrer antes do tempo.

Há séculos, nos comportamos como exploradores da terra, não entendendo nossa vocação de cuidadores do Planeta. Hoje, os recursos naturais de nossos países estão sendo explorados e devastados indiscriminadamente, expulsando comunidades inteiras de suas terras em favor do latifúndio, destruindo a biodiversidade pelo uso abusivo dos transgênicos e biocombustíveis, ameaçando a segurança alimentar. Esse modelo de desenvolvimento perverso que contamina e destrói os recursos hídricos, a terra e o ar é o maior responsável pelo aquecimento global.

A ambição pelo poder e os lucros abusivos do mercado e da dívida externa têm como consequências o aumento da injustiça social, da marginalização, gerando extermínio de grupos indígenas, exclusão do povo negro e roubando de nossa juventude a perspectiva de futuro.

Nesta ocasião em que celebramos os 800 anos do nascimento do Carisma Franciscano, sentimo-nos corresponsáveis e comprometidos com a ética e a justiça para que haja paz e vida em abundância. Outro mundo é necessário, urgente e possível! Esperamos, pois, que os anseios e as reivindicações dos nossos povos por seus direi-

tos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais prevaleçam sobre os interesses do sistema neoliberal.

Por isso, senhores governantes, em nome do Deus da vida, da memória viva de Francisco e Clara de Assis, e de nossa vocação à fraternidade, reivindicamos uma nova ordem socioeconômica e política que priorize:

- um desenvolvimento que respeite a dignidade de todas as criaturas;
- uma economia solidária que valorize e promova a pessoa humana;
- um autêntico processo democrático que assegure a auto-determinação dos povos e a efetiva integração continental.

E se atuarmos nesta perspectiva, com certeza, o sonho de Francisco e Clara e Assis se concretizará no chão da América Latina e Caribe, poderemos contar com as bênçãos de Deus.



Foto: Aluizio Gomes de Assis

Entrega da “Carta de Brasília” ao Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva

ANEXO: PROGRAMAÇÃO DA CELEBRAÇÃO LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DO 8º CENTENÁRIO DO CARISMA FRANCISCANO



Celebração Latino-Americana e Caribenha do 8º Centenário do Carisma Franciscano

REVIVER O SONHO DE FRANCISCO E CLARA DE ASSIS
NO CHÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

17 a 19 de outubro de 2008
Brasília - Brasil

PROGRAMAÇÃO

Dia 16

Chegada, recepção, credenciamento

DIA 17

08h00: ABERTURA: Irmã Vilani-Presidente da FFB

Moderadora da mesa: Irmã Maria Fachini

Animação: Grupo Franciscano

Composição da mesa

- **Oração inicial:** região Nordeste

- **Saudação do Ministro Geral da OFMConv.**
- **Apresentação:** por Regionais do Brasil e países latino-americanos e caribenhos

09h30 – Pausa

10h00: CONFERÊNCIA: *Memória da presença e contribuição franciscana na construção da história latino-americana e caribenha* – Mário Cayota, Ordem Franciscana Secular – (Roma)

11h30: TESTEMUNHO – Franciscanos/as na defesa da Vida / Cláudio Fontelles,OFS ...

12h00: ALMOÇO – no local

13h30: ANIMAÇÃO – Grupo Franciscano

14h00: CONFERÊNCIA: Dimensão profética do carisma franciscano: Irmã Rosane Sturm, Franciscana da Penitência e Caridade Cristã – Brasil

15h15: TESTEMUNHOS: Ser franciscano no mundo da política – Senador Pedro Simon, OFS

15h45: Intervalo

16h00: ANIMAÇÃO – Grupo Franciscano

16h10: CONFERÊNCIA – Mística – a chama acesa – Frei Guido Zegarra,OFM – Peru

17h15: TESTEMUNHO: Ser menor entre os mais pobres – Irmã Margarete, Ordem de São Francisco – vivência entre os pequenos lavradores assentados

17h40: LANÇAMENTO DO SELO COMEMORATIVO

18h00: JANTAR – no local

20h00: CANTATA – *O Peregrino de Assis* – Teatro Nacional

DIA 18

08h00 – 12h00: OFICINAS

Moderador do dia: Frei Rubens

Obs: Oração nas Oficinas

- () Missão Francisclariana e a Juventude;
- () Missão Francisclariana e Justiça, Paz e Ecologia;
- () Missão Francisclariana e Educação Franciscana;
- () Missão Francisclariana e Política;
- () Missão Francisclariana e os Excluídos;
- () Missão Francisclariana e Questão de Gênero;
- () Missão Francisclariana e Negritude;
- () Missão Francisclariana e Povos Indígenas;
- () Missão Francisclariana, Contemplação, Expressão Corporal;
- () Missão Francisclariana, Ecumenismo e Diálogo Interreligioso;
- () Missão Francisclariana – Dimensão Lúdica;
- () Missão Francisclariana e Curso Básico Carisma Missionário Franciscano.

12h00: ALMOÇO

13h30: ANIMAÇÃO – Grupo Franciscano

14h00: APRESENTAÇÃO DAS OFICINAS

17h00: CONCLUSÃO DAS OFICINAS – Leonardo Boff

18h30: JANTAR

20h00: CELEBRAÇÃO FRANCISCANA – Países de fala espanhola

DIA 19

Moderador: Frei Gilberto Teixeira, OFM

08h00: CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA – Santuário Nossa Senhora de Fátima – Presidente – D. João Braz de Aviz, arcebispo de Brasília

Liturgia: Regional da FFB/MG

09H30: CAMINHADA PARA O PALÁCIO DO PLANALTO

- Entrega da Carta aos Governantes.
- Palavra da Presidente da FFB.
- Palavra do Presidente da República.
- Palavra do Presidente do Senado.
- Encerramento: Coordenadora do Congresso.

12h00: Almoço

Despedida

III. DOM HELDER: "O SANTO REBELDE"

Para falar de Dom Helder Câmara, talvez a melhor tribuna seja o meio do povo. Principalmente o mais pequenino, como ele gostava de chamar, na sua vida peregrina.

Quem sabe nem precisássemos, então, relembrar os fatos mais marcantes da vida de Dom Helder. Porque o povo já conhece, melhor que nós, talvez, a vida deste pequenino na estatura física, mas um gigante na fé e, sobretudo, na esperança e na perseverança.

Quem sabe, então, não falássemos ao povo, mas ouvíssemos o povo falar de Dom Helder. Mais ainda, por tudo o que estamos vivendo, hoje, no mundo da política, quem sabe seria o melhor de todos os momentos para ouvirmos o próprio Dom Helder. E quanto ele teria a nos dizer, hoje!

O mundo da política, mais que homenagear Dom Helder, quando do centenário do seu nascimento, teria que seguir os seus ensinamentos. Ainda bem que ele sempre foi um semeador de ideias e de ideais. A sua árvore é de bons frutos. Que multiplicarão sementes.

Há um filme, chamado "Dom Helder Câmara – O Santo Rebelde", de Érica Bauer. O *Jornal do Brasil* se refe-

riu a esta belíssima produção como “Um doce alimento para a mente e para a alma”. Um necessário alimento para a política, diria eu. Mais que uma homenagem, portanto, o melhor ensinamento. O povo nos diria que conhecer esse belíssimo registro da história de vida de Dom Helder é obrigatório.

Na luta pelos deserdados da vida, Dom Helder utilizava uma arma certa e fulminante: a verdade. Armado com a verdade, ele nunca teve medo de percorrer as vias escuras e tenebrosas do autoritarismo.

Nem mesmo quando metralharam o muro da Igreja das Fronteiras. Ele morava ali, nos fundos do terreno, numa casa modesta. Um ato de humildade, ao abrir mão do Palácio São José dos Manguinhos, residência oficial do Arcebispo.

Nem mesmo, quando, de novo, pouco tempo depois, a mesma Igreja das Fronteiras foi atingida por outro atentado.

É que, para o terror, não havia fronteiras, nem mesmo a da Igreja.

“A Igreja nunca é acusada de fazer política quando se junta aos poderosos”, afirmava Dom Helder. Ele, que defendia os oprimidos, era chamado de comunista.

“Se falassem revolução como mudança rápida e radical, então, eu desejo essa revolução social”, dizia ele. “E vêm me dizer que isso é comunismo. Comunismo seria mostrar a religião como ópio do povo. Eu desejo exatamente o contrário”.

Dom Helder nunca pregou uma igreja que se isolasse no silêncio de catedrais. Ao contrário, a sua igreja estava sempre lotada e atuante, porque ela se construía no meio do povo. Na sua igreja, não era o povo que ia para ouvir os seus ensinamentos. Era ele quem vinha, para aprender com o povo, e, junto com este mesmo povo, participar de um processo de transformação.

Quando lhe chamavam de comunista, e lhe afirmavam que o comunismo pregava o materialismo, ele indagava que sistema seria mais materialista que o capitalismo. O culto ao lucro, o comando do mercado sobre a consciência das pessoas, a necessidade imperativa de ostentar a grife. O individualismo no lugar do coletivo. O concorrente no lugar do semelhante. O ter, no lugar do ser.

Dom Helder sempre defendeu a tese de que o mais importante, na sua época, não era o conflito ideológico, que dividia, geograficamente, o mundo entre leste e oeste. Ao contrário, se o elemento crucial para a repartição do mundo fosse geográfico, a divisão seria, para ele, norte e sul. A bipolaridade, portanto, não estaria entre o capitalismo e o socialismo, mas a exploração dos pobres pelos ricos, não importa o sistema político, ou econômico, existente nas diferentes nações.

Parece claro, inclusive, que a criação da CELAM, Conferência Episcopal Latino-americana, tenha sido a materialização do seu pensamento no sentido de que as regiões pobres do planeta deveriam se unir, para se fortalecer. Foi daí que a igreja latino-americana tornou explícita a sua opção preferencial pelos oprimidos. A teologia de Dom Helder era a da libertação.

Essa, também, foi a sua tese, na criação da CNBB, em 1952. Não uma igreja paroquial, mas universal. Não o bispo pastor, unicamente, de seu respectivo rebanho. Mas, os bispos pastores do grande rebanho de Deus.

Foi com essa mesma tese que Dom Helder teve papel fundamental no Concílio Vaticano II, um dos mais importantes eventos da Igreja, em todos os tempos. Um marco na renovação desta mesma Igreja aos novos tempos e às novas correntes de pensamento. Uma profunda reflexão, que teve como fundamentação a busca de um papel de maior participação para a fé na sociedade, com ênfase maior nos problemas sociais e econômicos.

Mas, Dom Helder nunca deixou de lado a sua comunidade mais próxima. Fosse ela a favela do Rio de Janeiro, o semi-árido nordestino, ou todos os “severinos” espalhados pelos grandes centros urbanos brasileiros.

Foi assim, por exemplo, com o Banco da Providência, que ele queria chamar-se “Banco dos Enforcados”, no Rio de Janeiro. Ou, com a Cruzada São Sebastião, com a urbanização de favelas cariocas. Ou, ainda, com a sua luta pela reforma agrária, para assentar e dar cidadania aos “severinos” do Nordeste. Uma distribuição de terras para que eles não necessitassem perambular por outros lugares tão distantes, deixando para trás famílias inteiras, reunidas na fome e “molhadas”, unicamente, pelas lágrimas das “viúvas da seca”.

Das outras armas que não a verdade, quase sempre certas, Dom Helder era o alvo. Quantas vezes recebeu ameaças, diretas e veladas, para que se desviasse do seu caminho de justiça. É bem verdade que uma das balas

miradas atingiu, em cheio, o seu coração. Quando foi assassinado um de seus principais assessores, padre Antonio Henrique Pereira Neto, no Recife, em maio de 1969. Mesmo assim, de coração sangrando, ele continuou a sua caminhada.

Nada o intimidava nas suas convicções. Nada temia. Inclusive, quando foi lhe cobrada a presença, com a celebração de uma missa, nas comemorações de sucessivos aniversários do golpe militar. Em uma destas ocasiões, assim se justificou, através de carta:

“Em consciência, acabei sentindo a impossibilidade de celebrar a missa campal de abertura dos festejos do segundo aniversário da Revolução. A cerimônia é tipicamente cívico-militar e não religiosa. E há sérias razões para nela descobrir uma indiscutível nota política. O capelão-chefe celebrará a Santa Missa. Privadamente, pedirei a Deus que ilumine os chefes revolucionários, de modo a poderem corresponder, sempre mais, às graves responsabilidades que assumiram ante o País.”

Apesar das perseguições, dos desafetos e das ameaças, Dom Helder era um profeta da paz.

“Peço a graça imerecida de ser instrumento de vossa paz. Não a paz mentirosa, falsa. Abrir brecha na injustiça, conduzindo à paz”, disse ele, um dia, aos pés de São Francisco de Assis.

Não foi por acaso ter recebido tantos títulos de doutor *honoris causa* nas mais importantes universidades brasileiras e de todo o planeta. Nem o Prêmio Martin Luther King, nos Estados Unidos, e o Prêmio Popular da Paz, na

Noruega. Nem outros tantos mais, sempre pela sua caminhada de fé, de esperança e de paz.

Fez jus, portanto, a sucessivas indicações para o Prêmio Nobel da Paz em todos os anos do início da década de setenta. Em 1973, o mundo já o reverenciava como o merecido ganhador da homenagem e do prêmio, que seria dividido entre os mais pobres da sua comunidade.

Fez falta para mundo a sua não indicação, fruto da pressão do poder militar brasileiro sobre o poder da mídia internacional.

Fez falta para a sua comunidade os recursos que poderiam acender um facho de luz no analfabetismo, ou um clarão de esperança aos seus irmãos pequeninos que, como “severinos”, como disse o poeta, “morriam de fome um pouco por dia”. Ou “de emboscada antes dos vinte”. Ou de “velhice antes dos trinta”.

Dom Helder se transformou em um cidadão do mundo, principalmente quando tentaram lhe calar a voz no seu próprio país. Mas, para entender a voz deste cidadão do mundo, é preciso compreender a vida “severina” dos cidadãos brasileiros do nordeste.

“Antes de tudo, um forte”. Um povo que não se abate com as mazelas da vida. Ao contrário, vai à luta, por um mundo novo, diferente, de salvação. A fome e a miséria não são capazes de produzir, para este povo, a desesperança.

Ledo engano, então, quando foi transferido, do Rio de Janeiro para o Nordeste. Ninguém calaria a sua voz. Na verdade, levaram-no, de volta para o meio do seu povo. Ao contrário do que imaginavam, engrossaram-lhe a voz. Transformaram-no em regente de um imenso co-

ral, afinado contra a opressão e a exclusão. Um coral com sotaque nordestino, antes de tudo, forte, que se espalhou pelo País e pelo mundo.

“Acredito que conosco, sem nós, ou contra nós, as massas vão abrir os olhos. As massas terão a consciência despertada”, dizia ele. Quem sabe sem nós. Não sem ele, digo eu, novamente. A omissão não combinava com Dom Helder.

“E, se amanhã, o povo tiver a impressão de que o cristianismo teve medo, que não teve coragem de dizer a verdade, de mostrar a verdade, então, acabou-se o cristianismo”. Portanto, se dependesse de Dom Helder, o cristianismo seria, antes de tudo, cada vez mais forte.

“Se eu nascesse cem vezes, cem vezes eu agradeceria a Deus pelo meu sacerdócio”, ele afirmava.

É com essa convicção que ele nunca deixou de pregar a missão pastoral da Igreja. Mas, dizia, também: “O meu povo entoava, em cânticos, ‘o Senhor é meu pastor, nada me faltará’. E eu vejo que, ali, falta quase tudo!”. Então, ele pautava a sua atuação apostólica não somente pela formação espiritual do seu povo, mas, igualmente, pela libertação econômica, cultural, política e social. Ele chamava tudo isso de “banquete da vida”.

Para ele, a cruz não era, somente, vertical, voltada para Deus. Era, também, horizontal, com braços estendidos para o povo. Para ele, o primeiro mandamento era, sempre, “amar a Deus sobre todas as coisas”, mas nunca se esquecendo do “e ao próximo, como a nós mesmos”.

Dom Helder era a figura mais que representativa do projeto divino da Criação. Na fragilidade da figura hu-

mana, a imagem, a semelhança e o grande poder de Deus. Em um corpo franzino, a grandiosidade da alma.

Eu imagino quem recebeu Dom Helder, com um grande abraço, na porta do céu. Foi o Papa João Paulo II. Aliás, não foi o primeiro gesto de grande afeto deste memorável pontífice ao nosso pequeno grande mestre.

Lembro-me de um momento marcante no encontro terreno destes dois ilustres cidadãos do mundo. Entre tantos cardeais e bispos, no encontro com o Papa, em Recife, na sua primeira visita ao Brasil, João Paulo II identificou, em especial, Dom Helder, chamou-o, e lhe deu um fraternal abraço. “Este é o irmão dos pobres e meu irmão”, disse o Pontífice.

Dom Helder, neste mesmo encontro, não portava a vestimenta indicada para a liturgia. Ele era assim, não importava se nas cerimônias mais solenes, ou nos mais simples de todos os encontros. Estava, ali, exatamente, como quando se reunia com seu povo: simples e despojado. Longe de qualquer constrangimento, Dom Paulo II, então, num gesto de humildade, tirou o seu próprio solidéu e envolveu Dom Helder nos braços, demonstrando, ali, ser um igual, para um igual.

Como em outras perdas das nossas maiores referências, eu continuo imaginando, nestes nossos tempos, o que estariam conversando, hoje, no céu, Dom Helder, Dom Aloísio, Dom Ivo, sobre o Brasil. O Ulysses não teria perdido, nunca, essa conversa. A eles se juntaram, com certeza, o Tancredo, o Teotônio, o Betinho, o Darcy e tantos outros.

Quantas lições poderíamos tomar deste encontro celestial! E como elas seriam importantes para nós, hoje! Quanta falta eles nos fazem, neste mundo de barbárie, de comoção, de indignação, de discriminação, de corrupção e de culto ao individualismo. De louvor ao materialismo, como tão bem denunciava Dom Helder.

Quantas lições de esperança e de perseverança também poderíamos receber destas nossas referências históricas. Todos eles jamais se contentaram em viver, ou em contar, a nossa história. Viveram-na em sua plenitude. Fizeram-na! Mas, eles deixaram, também, para todos nós, o melhor dos exemplos, para que possamos seguir a nossa caminhada histórica. Plantaram a boa semente.

Em especial, nesta sementeira, a lição de vida de Dom Helder.

Quem sabe, então, além de falar de Dom Helder, ou de ouvir o povo falar dele, ou, ainda, até mesmo, deixar que ele nos fale, devemos nós falar para Dom Helder. Aí, quem sabe seja necessário, então, um merecido genuflexório!

A bênção, santo dos pobres e dos oprimidos!

IV. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – IDEAL DE JUSTIÇA, CAMINHO DA PAZ

1. Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem, agora, sessenta anos. Nascida no imediato pós-guerra, ainda no calor sufocante das bombas derramadas sobre Hiroshima e Nagasaki, ela lançou, para o mundo que saía de um dos conflitos mais odiosos da história, um olhar de esperança. Três anos antes, parecia que a humanidade havia sucumbido ao ódio, tamanha a barbárie de milhares de corpos mutilados sob escombros, último ato de uma história da vida real que não se quer esquecida, para não ser repetida.

Havia, então, um sentimento de reconstrução, não apenas das cidades e dos campos destruídos pela guerra, mas de todos os melhores valores igualmente feridos de morte nos corações e mentes de quem mandou acionar os gatilhos, os rastilhos e as válvulas de gás letal, em nome do poder, não importavam as milhões de vítimas inocentes. Era preciso fazer brotar, de novo, a semente do verdadeiro sentido de humanidade.

É bem verdade que vieram, depois, tantas outras guerras: Vietnam, Kosovo, Bósnia, Afeganistão, Iraque... Vieram repetidos conflitos étnicos. Vieram milhões de refugiados, com seus esqueletos expostos pela inanição. Vieram, anos a fio, todos os tipos de segregação, racial, social, política, de gênero... Vieram as guerras civis não declaradas, com milhões de vítimas da violência, urbana e rural. Veio a fome, que mutila, hoje, um bilhão de seres humanos em todo o planeta. Vieram tantos muros, reais e virtuais, a separar dois mundos, um além dos limites do supérfluo, outro muito aquém do necessário. Vieram os “condomínios”, individuais ou coletivos, com todo o aparato de segurança, a demarcar até onde podem chegar os excluídos, muitas vezes pela loteria da própria vida. Vieram, enfim, quem sabe, os limites entre os quem têm, e os que não têm, de fato, direitos humanos, na sua plenitude.

Apesar da aridez da travessia, não se pode negar que muito se caminhou nestas seis décadas de vida – e de vida plena – da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É bom lembrar, por exemplo, que, no início desta mesma caminhada, os negros americanos eram obrigados a ceder seus lugares, nos coletivos, para os considerados, então, “cidadãos” brancos. Imagino que, naquele tempo, a tal Declaração Universal, mesmo que ainda engatinhando, tenha inspirado Rosa Parks a se rebelar contra esse verdadeiro desatino. Imagino, também, que tenha inspirado, sessenta anos depois, a eleição de um negro, para comandar os destinos do mesmo povo americano.

Mas, o que me motiva nesta publicação, fruto de minhas reflexões no plenário do Senado Federal, é que a realidade de todo o planeta mostra que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora com sessenta anos, ainda está muito longe de uma possível, e desejada, aposentadoria. Bom seria se ela pudesse descansar, merecidamente, nas prateleiras da História. Infelizmente, as nossas janelas, também as reais e as virtuais, ainda mostram que são muitos, em alguns casos bilhões, os que, quanto aos direitos e liberdades, sofrem distinção “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento” ou outras. Isso, para ficar, apenas, em um dos seus trinta artigos.

O noticiário mostra, também, que populações inteiras são dizimadas, verdadeiros genocídios em pleno século XXI, gerados pela fome, por doenças plenamente erradicáveis, por lutas tribais, pela corrupção, pelo poder a qualquer custo, e por um sem-número de mazelas que persistem em todos os cantos e recantos do planeta. Não são raras as cenas de xenofobia, de perseguições étnicas, de segregação de povos e de territórios, entre outras. São os casos, por exemplo, da repressão explícita aos imigrantes na França, na Alemanha, na Espanha, na Itália; da fome em Zimbábue; das lutas entre tribos em tantos países africanos.

Uma mera pesquisa sobre alguns povos específicos é o suficiente para fortalecer a necessidade do cumprimento, imediato, de todos os artigos da Declaração Universal. Também a título de exemplo, a perseguição ao povo cigano, na Itália, uma verdadeira xenofobia que muitos chegam a comparar com as perseguições do regime nazista, reproduzindo, agora, o que aconteceu nos tempos em que a mesma Declaração Universal foi concebida.

Portanto, a realidade demonstra a necessidade de um passo além de tudo o que foi declarado na Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948. O documento continua sendo, passados tantos anos, atual. Sendo assim, é porque a realidade também mostra que os seus artigos ainda persistem necessários, certamente longe do que desejavam os seus idealizadores. Mostra que a travessia tem, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

O ser humano idealizado na Declaração Universal tem fortes correlações com o homem projetado à imagem e semelhança do Criador. “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”, diz o primeiro artigo da Declaração. “Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há fruto que dão semente: tudo isso será alimento para vocês”, declara o primeiro capítulo de “Gênesis”. Quem sabe o Criador queira nos dizer que os dispositivos da Declaração são sementes de sene, a serem lançadas nos campos devastados pela falta do cumprimento dos direitos humanos, nos nossos tempos. “Flores sobre ruínas”. Que Ele queira, também, nos lembrar que nos criou dotados de razão e consciência. E que nos falta, enfim, o tal espírito de fraternidade.

2. A gênese

Há 60 anos, no dia 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) – então composta por apenas 58 Estados-membros – dava a luz à Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que, nas

últimas seis décadas, tem servido de baliza para o tão almejado encontro da humanidade consigo mesma.

Àquela época, a necessidade desse encontro havia se evidenciado de forma dramática e inequívoca durante a Segunda Guerra Mundial, conflito de inédita amplitude destrutiva que deu ensejo à criação da ONU. De fato, a humanidade buscava uma forma de reconhecer-se como tal depois do terror dos campos de concentração nazistas, onde milhões de seres humanos foram cruelmente assassinados em nome da intolerância racial. Procurava reconciliar-se depois de conhecer a força sufocante da bomba atômica que, num átimo, silenciou as cidades de Hiroshima e Nagasaki, reduzindo a nada o valor da vida.

A guerra havia mostrado o fracasso da Liga das Nações, entidade concebida ao término do primeiro conflito mundial para manter a paz e a segurança no planeta e estimular a cooperação internacional, objetivos básicos também assumidos pela ONU, ao lado da defesa dos direitos humanos.

Gestada a partir de 1942, quando 26 países assumiram o compromisso de lutar juntos contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a ONU diferenciou-se da antecessora exatamente por abrigar esse novo objetivo. Assim, a promoção dos direitos humanos – síntese máxima da Declaração Universal – ingressou na Carta das Nações Unidas, firmada em 1945 pelos países aliados, fundadores da organização, grupo que incluía o Brasil.

Nem mesmo a divisão desses países em blocos opostos, segundo sua adesão ao capitalismo ou ao socialismo, impediu que eles decidissem complementar a Carta da

ONU com um guia para garantir os direitos de todas as pessoas, em todos os lugares, sempre. Atrás dessa decisão, estava a certeza de que somente a proteção ao direito de todos poderia assegurar os direitos das minorias e evitar futuros conflitos armados.

Até chegar ao documento que hoje se conhece, houve muito esforço e longos debates, conduzidos com doçura e firmeza por Eleanor Roosevelt, ex-primeira dama dos Estados Unidos, eleita por votação direta para coordenar os trabalhos de elaboração do documento. Ela presidiu o Comitê de Direitos Humanos, grupo incumbido de elaborar o rascunho da Declaração Universal e composto por 18 pessoas de diversas formações políticas, culturais e religiosas, provenientes de oito países selecionados com base em sua distribuição geográfica. Desse grupo também participou o Brasil, representado pelo imortal jornalista Austregésilo de Athayde.

Devo dizer que não foi sem discordâncias que se elaborou a Declaração Universal. Pelo contrário. Eram permanentes as polêmicas e os embates travados pelos membros de blocos opostos em função de suas distintas visões de mundo. De um lado, o bloco capitalista ocidental buscava a reafirmação das liberdades clássicas do indivíduo, centrando sua atenção na defesa dos direitos civis e políticos. Do outro, o bloco socialista oriental tentava estabelecer o privilégio do coletivo sobre o indivíduo, fosse em prol da harmonia social, fosse em defesa da ordem e da autoridade, religiosa ou secular, mediante a defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais.

Dessa disputa, emergiu o texto que foi submetido ao exame da Assembléia Geral da ONU e aperfeiçoado com

sugestões de mais de 50 países, que participaram da redação final do documento. Por representar o maior consenso possível no campo dos direitos humanos naquele momento, a minuta de Declaração Universal recebeu o aval unânime de 48 países, num processo de votação que ainda registrou duas ausências e oito abstenções.

Não por acaso, Austregésilo de Athayde encerraria o discurso solene da sessão que adotou o documento reportando-se à alegria do Brasil por ter levado “um pouco de sua experiência e de seu idealismo a essa obra comum das Nações Unidas, convencido de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos abrirá à humanidade uma nova era de liberdade e justiça”.

Como fruto do dilema entre preservar a civilização ou sucumbir à barbárie, pouco antes corporificada no nazifascismo, a Declaração Universal realmente acenava com o descortinar de novos e melhores tempos. Isso porque constituía a mais perfeita síntese dos avanços éticos da humanidade, seja por abranger o reconhecimento dos direitos civis e políticos (de natureza individual) e dos direitos econômicos, sociais e culturais (de cunho coletivo), seja por afirmar a indivisibilidade e a universalidade do conjunto desses direitos.

Ademais, ao posicionar o ser humano no palco das relações internacionais e a dignidade humana como fio condutor de toda ação do Estado, a Declaração Universal humanizou o direito internacional e tornou-se referência para a elaboração de diversos ordenamentos jurídicos nacionais, a exemplo da Constituição brasileira de 1988. Também deu origem a uma rede de proteção atualmente formada por mais ou menos 80 pactos, protocolos, tra-

tados e convenções internacionais que reverberam pelo mundo o respeito devido aos direitos de todos nós, sinalizando o aumento da busca pela concretização do ideal de justiça, caminho certo da paz.

3. A travessia

A promessa de melhores tempos lançada com a adoção da Declaração Universal até hoje não se cumpriu plenamente, como teima em provar a triste realidade de contínuas violações dos direitos humanos das últimas décadas. Para que se tenha uma idéia da gravidade do quadro, basta recordar alguns casos de violação mais notórios na atualidade: o abandono de milhões de pequenos órfãos na África em decorrência das mortes causadas pela AIDS; as torturas praticadas pelos soldados norte-americanos nas prisões de Abu Ghraib e de Guantánamo; o genocídio em curso no Sudão; a sucessão de mortes de crianças indígenas no Brasil, por desnutrição; a sequência de abusos sofridos por mulheres, crianças e bebês no Congo; as execuções judiciais de prisioneiros nos Estados Unidos; o longo bloqueio econômico a Cuba; a exploração sexual de crianças e adolescentes em quase todos os cantos do planeta; o analfabetismo no Haiti e na Guatemala; os assassinatos promovidos pela máfia no Japão e na Itália; o trabalho em condições análogas à escravidão na China; a violência endêmica nas grandes metrópoles; a violação sexual de mulheres por soldados russos na Chechênia; o desemprego estrutural nos países da América do Sul; os atentados terroristas na Espanha e na Índia; a xenofobia na França; o crescente mapa da miséria em todo o mun-

do... Em resumo, uma lista vergonhosa e infundável de atrocidades.

De início, atribuiu-se o malogro da promessa de melhores tempos à falta de obrigatoriedade da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tida como um simples compromisso moral das nações, como se isso pouco ou nada representasse. Logo, para suprir essa carência de trânsito forçado, impunha-se que a proteção dos direitos humanos fosse garantida por meio de um pacto ratificado pelos Estados-membros.

Entretanto, a divergência de perspectivas dos países capitalistas e socialistas – pivô da guerra fria que pairava sobre o mundo entre os anos 50 e 80 do século passado – inviabilizou a adoção de um instrumento único. A queda-de-braço travada entre as maiores potências da época (Estados Unidos e União Soviética), além de impedir o fluxo regular das negociações e protelar a conclusão dos trabalhos no âmbito do Comitê de Direitos Humanos, resultou na escritura de dois documentos, adotados pela ONU em 1966: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Com força de lei internacional, eles entraram em vigor a partir de 1976 e 1985, respectivamente, garantindo a fixação de parâmetros de proteção mínimos para todos os seres humanos.

Contudo, a existência desses parâmetros em documentos apartados e a disputa inglória entre os países capitalistas, que advogavam a imediata aplicação do Pacto dos Direitos Civis e a progressiva implementação do Pacto dos Direitos Sociais, e os países socialistas, que defendiam justamente o oposto, deram fôlego novo ao questiona-

mento da tese de indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos.

Desautorizando tal abordagem, as duas conferências mundiais de direitos humanos, realizadas na cidade de Teerã em 1968 e na cidade de Viena em 1993, reiteraram o entendimento de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes.

Devo dizer que, no intervalo entre essas conferências, houve uma sensível modificação no cenário mundial, sem que se cumprisse a promessa de melhores tempos desenhada na Declaração Universal. Do advento da guerra fria, que deu margem ao recrudescimento da ditadura em vários países, passou-se ao fenômeno da globalização econômica, que tem beneficiado pouco mais de um terço dos habitantes do planeta em detrimento dos outros dois terços da humanidade, submetidos a condições de vida cada vez mais precárias.

Com efeito, a busca obsessiva da eficiência e da máxima competitividade, lastreada no avanço tecnológico e na informatização, tem provocado o aumento da pobreza e da miséria mundo afora, por meio do desemprego estrutural, da exploração de mão de obra barata, do desmonte da previdência pública e do “enxugamento” do Estado.

Nesse contexto, responsabiliza-se o pobre por sua própria pobreza e por tudo o que há de mais negativo: superpopulação, epidemias, destruição ambiental, vícios, tráfico de drogas, exploração do trabalho infantil, fanatismo, terrorismo, violência urbana, criminalidade. Enquanto isso, o rico, constrói grades protetoras ao redor de si e, para exercer livremente os seus direitos, cobra medi-

das enérgicas do Estado, exacerbando a intolerância contra os “diferentes”.

O Estado, por seu turno, com os olhos voltados ao mercado e centrados, especialmente, no resultado da Bolsa de Valores, convive com a corrupção e faz pouco caso do valor humano, levando as pessoas à indiferença com a direção do seu destino coletivo e à adoção de um comportamento cada vez mais egocêntrico e inconsequente.

Ausente no mundo dos “diferentes”, o Estado legal, à sua revelia, é substituído pelo Estado paralelo, notoriamente comandado pelo narcotráfico. Vem daí, por exemplo, a milícia, que avoca para si o “direito” de prender, julgar e condenar alguns seres humanos, na grande maioria das vezes à pena capital. Aos “diferentes”, a milícia, travestida de polícia. Aos “iguais”, a justiça, moldada pela impunidade.

Os meios de comunicação de massa, com raras e honrosas exceções, reforçam essa tendência, ao privilegiar o sensacionalismo, a futilidade e a violência. Para vender mais, não costumam se importar com o conteúdo do seu produto, usualmente divorciado de qualquer relação com a carência que o desamparo na educação, na saúde e no trabalho vem gerando na humanidade. São meros agentes do mercado, do mundo dos “iguais”, numa apologia ao ter, no lugar do ser.

O esgarçamento do tecido social assim produzido oferece o meio propício para a ocorrência de todo tipo de violação dos direitos humanos ou, na melhor das hipóteses, para a permanente ameaça que paira sobre eles,

colocando em xeque o avanço civilizatório representado pela Declaração Universal e seus corolários.

Contudo, esses fatos não conseguiram soterrar a promessa de melhores tempos nela veiculada. Paralelamente à sequência de violações a que deram ensejo, verificou-se o crescimento e a consolidação da idéia de cidadania planetária, animada pelo arraigar da tese da interdependência, da indivisibilidade e da universalidade dos direitos humanos.

Nesse movimento de globalização em prol do ser humano, tem sido central o debate sobre a questão da diferença. Repelida nos instrumentos internacionais que oferecem proteção geral, genérica e abstrata, por ter sido usada como justificativa para exterminar e destruir, a diferença começou a ser invocada para evidenciar a necessidade de conferir respostas específicas à proteção de determinadas pessoas, grupos ou situações mais vulneráveis às violações. Converteu-se, assim, em critério básico de inclusão social, posto que os desiguais merecem receber tratamento especial.

De fato, é com base na valorização da diferença para o alcance da efetiva igualdade que vieram a lume os demais instrumentos formadores da espinha dorsal da normativa mundial de proteção dos direitos humanos: a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966; a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979; a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984; a Convenção Sobre os Direitos da Criança,

de 1989; e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006.

Com o aporte desses diplomas, que reiteram, atualizam e ampliam os termos da Declaração da ONU de 1948, o cabedal de proteção internacional de direitos humanos, vai além das garantias de natureza civil, política, econômica, social e cultural para incluir, também, o direito à solidariedade. Este se desdobra em direito à diferença, direito ao desenvolvimento, direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à paz.

Portanto, no plano da legislação, da ideia do que deve ser o mundo, caminhamos, quem sabe, para um ambiente de fraternidade universal. No plano fático, porém, vivenciamos, no século XXI, uma realidade que mais se parece com o obscurantismo medieval e o estado mais que primitivo de predação do homem pelo homem. Para preservar a espécie que foi criada à imagem e à semelhança de Deus, precisamos resolver esse impasse e realizar, juntos, a utopia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

4. Rumo à utopia

No decorrer do século XX, o ser humano viveu em ritmo absolutamente frenético um número sem-fim de experiências, cada uma mais intensa do que a outra. As sucessivas descobertas tecnológicas permitiram-lhe fabricar armas superpotentes, instrumentos de precisão inimaginável, veículos massivos de difusão de informações e meios de transporte ultravelozes. Tudo isso provocou

alterações substanciais no conhecimento que ele tinha de seu espaço, de sua história e de si mesmo.

Nesse processo de desconstrução, todos os grandes discursos que guiavam o homem foram postos sob suspeita, quando não definitivamente aniquilados, deixando-o sem rumo. Para garantir a sua sobrevivência, julgou ser necessário, então, tomar o caminho da intolerância: passou a investir contra tudo o que lhe parecesse diferente, buscando – na violência – resposta para os seus problemas.

O triste saldo da última guerra mundial mostrou o equívoco dessa escolha, colocando o ser humano de frente com o imperativo de eleger o caminho da solidariedade em nome de sua autopreservação. Assim nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, germe da cultura de respeito e tolerância a ser instalada em todo o planeta.

Há quem hoje despreze o conteúdo da Declaração, nele apontando falhas que seriam responsáveis pelas crescentes violações de direitos humanos, sobretudo a generalidade no trato das pessoas, sem considerar as profundas diferenças que as isolam no mundo real. Nessa linha de raciocínio, o surgimento de diplomas internacionais, voltados à proteção de determinados segmentos ou de situações específicas, seria a prova definitiva da decrepitude do texto da Declaração.

Talvez essa atitude seja reflexo de uma era de mudanças velozes e de uma cultura de menosprezo ao passado, que se revela no desrespeito generalizado aos idosos, grupo a que a sexagenária Declaração Universal passou a pertencer a partir de 2008.

Todavia, não se pode desconsiderar a força e a atualidade desse documento, que resistiu incólume a alterações de toda ordem no cenário mundial nas últimas seis décadas, com adesão sempre crescente. Convém lembrar, a propósito, que surgiram dezenas de novos Estados nacionais desde o nascimento da Declaração e que a maioria absoluta das nações do planeta não teve dificuldades para aceitar seus dispositivos e incorporá-los à legislação doméstica.

Convém lembrar, ainda, que esse documento tem inspirado as lutas reivindicatórias de todos os oprimidos, cujas conquistas se expressam no significativo conjunto de tratados e mecanismos internacionais a que os Estados aderem voluntariamente, cientes de que sua postura denuncia o avanço civilizatório de seus povos.

Convém lembrar, por fim, que a Declaração Universal deu ensejo à inclusão do ser humano no palco das relações internacionais, antes monopólio absoluto dos Estados, que tinham o poder não contestado de vida e morte sobre seus nacionais. Deflagrou, assim, um processo irreversível e contagioso de democratização, dentro e fora dos Estados, um processo que hoje chega a questionar a própria estrutura da ONU, anacrônica no poder de veto conferido aos países-membros do Conselho de Segurança num contexto histórico muito distinto do contemporâneo. Cuida-se, em suma, da cidadania planetária, única forma de fazer frente aos problemas igualmente planetários com que nos deparamos neste momento.

Portanto, é inadmissível o argumento da caducidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento talvez constitua a única grande narrativa que

sobreviveu ao século XX, marcado pela velocidade e pela fragmentação em todos os sentidos. Isso porque ela inseriu na agenda política internacional a questão dos direitos humanos, que, na sua complexidade, aponta para um plano de utopia, uma idéia reguladora, um horizonte que nunca poderá ser alcançado porque está sempre mais além, mas sem o qual, não saberíamos sequer para onde ir.

A observância efetiva dos direitos humanos nas políticas e práticas das nações e na experiência das pessoas, no entanto, constitui outra questão. O desrespeito aos direitos humanos faz parte do cotidiano mundial e, para citar o caso apenas do Brasil, atinge um número cada vez maior de pessoas, privadas do mínimo necessário à sua existência: meninos e meninas perambulam pelas ruas das metrópoles; desempregados são forçados a morar ao relento; idosos morrem aos poucos, à míngua de assistência médica; crianças e adolescentes são mantidos no trabalho precoce, longe da escola, e acabam mutilados pelos equipamentos de serviço; meninas são submetidas à violência e à exploração sexual, fantasma que perturba também a vida dos meninos de forma crescente; trabalhadoras deixam seus filhos trancados em casa por falta de creches; presidiários, jovens da periferia e trabalhadores sem-terra são executados...

Esse quadro de horror mostra a distância abissal que existe entre a teoria e a prática acerca do respeito aos direitos humanos. No Brasil, a questão do orçamento é bastante elucidativa: embora a lei orçamentária contemple a área social com recursos consideráveis todos os anos, o contingenciamento de boa parte desses recursos também é regra, impedindo sua liberação e aplicação, sem falar nos desvios e ralos abertos pela corrupção.

Os fatos listados denunciam a necessidade de um maior engajamento de todos em defesa dos direitos humanos, sobretudo os econômicos, sociais e culturais, cotidianamente violados ou, na melhor das hipóteses, ameaçados. Denunciam, ainda, a necessidade de romper o processo circular e vicioso sustentador de um Estado que se mostra autoritário e violento para com a grande maioria da população, enquanto se revela dócil e transigente aos interesses da elite.

Apesar do quadro desolador, o aumento do número de pessoas, entidades e governos sensíveis à causa dos direitos humanos leva-nos a crer que ainda há esperança. Pluralista, polissêmico e polêmico, o movimento em prol dos direitos humanos é o único a ter uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras das nações. Ademais, verifica-se o contínuo fortalecimento da Declaração Universal protagonizado pelos instrumentos internacionais obrigatórios de proteção aos direitos humanos e pelas Conferências Mundiais da ONU. Assim, possivelmente se vislumbra o começo de uma verdadeira cultura dos direitos humanos, uma cultura de paz.

Importa enfatizar que a Declaração Universal traz o alerta de que a violação de um direito coloca todos em perigo. Se nos omitimos diante de uma violação, permitindo que um direito seja desrespeitado, deixamos implícito o nosso aval a todas as demais violações.

Daí por que não há espaço para meio comprometimento com a causa dos direitos humanos. A sociedade de inteiros por ela desenhada clama pela defesa integral de cada um de nós: indivíduos, sociedade e Estado somos

todos solidariamente responsáveis por assegurar ao ser humano a condição de portador de direitos e por repelir a ideia de que haja uma casta de cidadãos com mais direitos do que os outros; uma casta que defina que direitos ignorar, de quem e quando.

Por isso, precisamos logo assumir a responsabilidade que nos cabe na construção de uma sociedade justa e democrática, que garanta efetivamente os direitos proclamados na Declaração Universal.

Como fazer isso? Podemos – e devemos – estimular a reflexão e a formação de espírito crítico, para o aprimoramento ético de toda a sociedade. Podemos formar grupos a fim de debater e procurar as soluções mais justas para os problemas que nos afligem. Podemos buscar conhecer nossos direitos e nossos deveres, pesquisando e divulgando a legislação nacional e os documentos internacionais para levar adiante a tarefa de consolidação da democracia pelo efetivo respeito aos direitos humanos como direitos de todos.

Também podemos – e devemos – aplicar os postulados da Declaração em nosso cotidiano, respeitando o outro com todas as suas diferenças e reconhecendo nele nosso igual. Para isso, basta termos em mente que os direitos humanos são indivisíveis, indissociáveis e interdependentes e que podemos ser a próxima vítima da violação hoje aceita, porque cometida contra alguém “tão diferente” de nós.

Em suma, podemos – e devemos – participar do processo de educação para os direitos humanos, caminho necessário para a construção de uma cultura de paz. Assim, selaremos nosso compromisso com um mundo melhor para a humanidade, mostrando que a Declaração é um texto vivo, escrito diariamente por todos e cada um de nós.

V. FÉ E POLÍTICA

Dia desses, depois de uma dessas penosas leituras, vi-me, em silêncio, quase que conversando com Deus. Eu Lhe confessei que somente a minha fé inabalável continua a manter a minha crença na existência do homem. Pelo menos do ser humano criado à Sua imagem e semelhança. É que as notícias do dia-a-dia são o retrato mais que perfeito da distância, cada vez maior, entre o projeto divino da criação do universo e o que restou da humanidade depois da evolução dos tempos.

Sempre acreditei na teoria da Criação, segundo a qual o homem é o último e mais perfeito ato do Criador. Mas, hoje, sinto que esse homem mais parece ser o resultado de uma outra teoria, que eu poderia chamar de teoria da involução da espécie. É que o homem se distanciou do projeto com que foi criado. O homem se distanciou da vontade Daquele que o criou.

Dia desses, numa dessas minhas reflexões costumeiras, também depois de percorrer o noticiário do dia, eu me perguntei como poderia, mesmo na minha pequenez, contribuir na reaproximação do homem com o seu projeto de criação, se é que isso ainda é possível.

Procurei, no meu redor, fatos que me inspirassem nessa vontade de transformar o mundo, para que ele se

veja livre das mazelas que teimam em deixar, em nossas salas, a cor do sangue, o cheiro da pólvora e o gosto da morte.

Ainda hoje, mais de um bilhão de pessoas passam fome por todo o Planeta, apesar de os grandes celeiros continuarem abarrotados de alimentos. Passam os dias e persiste o drama das crianças sem teto, que vivem nas ruas, caminantes sem destino em cidades arrasadas pelo ódio e pela ganância.

No Brasil, de certa forma, vivemos, hoje, uma guerra não declarada, confirmada na violência que ronda nossas esquinas, ruas e avenidas. Acumulam-se as vítimas de balas perdidas e de balas com endereço certo. Como diz aquela música, todos podemos dizer, todos os dias: “está lá mais um corpo estendido no chão”. Estou falando de uma guerra que ceifou a vida dos meninos da Candelária, dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, e da Irmã Dorothy, a missionária da Amazônia.

Confesso, sinceramente, que, ao folhear os diferentes cadernos que retratam o dia-a-dia deste início do terceiro milênio, pouco ou nada encontro de inspiração para, concretamente, transformar este mundo. Restam-me os meus sonhos. E eles não são poucos. E, apesar de tudo, sinto que eles são factíveis. Deus, na sua infinita bondade, traçou-me um caminho. Esse caminho foi pavimentado pela fé e sedimentado na atuação política. Fé e política: sem eles, eu vegetaria numa vida sem sentido, sem sonhos e sem utopia.

Tanto na fé como na política, acho que a serpente da tentação, nos nossos dias, é a relativização de Deus

e dos mais belos projetos de uma sociedade mais justa, que são reduzidos a essas mesmas concepções políticas e religiosas.

Nunca se matou tanto em nome de Deus. Tanto o Presidente do país mais poderoso do universo, que procura demonstrar ter uma espécie de “telefone vermelho” com Deus, como o terrorista mais procurado, além dos homens-bomba do Iraque e da Palestina, que se explodem em nome de Alá, todos eles, inabaláveis em sua fé, matam e morrem “em nome de Deus”.

Sinto que, na área da ciência política, faltam estudos mais aprofundados sobre as correlações entre o pensamento de governantes dos dias atuais, com suas fábricas de guerra, e as idéias que moveram os exércitos de Stalin, ou abriram as válvulas de gás de Hitler.

Alguns homens consideram-se quase deuses. Outros confundem Deus com uma concepção que fazem Dele. Os homens institucionalizam as religiões e as tornam inimigas entre si. Ao se tornarem deuses, os homens passam a falar sozinhos e a não se entenderem. Talvez sem perceber, o mundo constrói hoje uma nova Torre de Babel. “Vamos fazer tijolos e cozê-los no fogo... Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até o céu...”

É assim também na política, quando se cristalizam objetivos de luta com posições partidárias fanatizadas. Colhe-se confusão das línguas, em benefício dos interesses miúdos, que vicejam à sombra.

Tanto na fé religiosa, como na política, é impossível domesticar o absoluto. Deus está além das concepções que Dele somos capazes de fazer. O relativo não é

um absoluto reduzido a pequenas proporções. Por outro lado, o risco de absolutização do relativo é perdermos o rumo, atarracados em nossas posições pessoais, perdendo de vista o imenso horizonte da utopia. Sem esse horizonte, fazemos apenas política de resultados, sob a pecha do “bem da Pátria e da Humanidade” e, pior, “em nome de Deus”.

As novas gerações, principalmente depois do regime militar, não conseguiram ainda superar essa armadilha. A morte, sem substituição, das grandes lideranças nacionais e o fim das utopias levou os jovens à relativização dos seus sonhos: arquetam projetos de vida que não ultrapassam desejos de consumo, alimentados pela mídia. Essa mesma mídia que substituiu o que era, antes, o esteio da formação ética e humanística dos meninos de então: a família, a escola e a igreja.

O círculo que unia pais, mães, professores e educadores, promovido pelo amor, deu lugar ao semicírculo, silencioso e apático, de frente para a televisão, patrocinado pelo dinheiro. Ainda sobre a juventude de outrora, mesmo os antigos militantes, a quem muito devemos a democratização do País, hoje se contentam com miudezas, presos à lógica da política de resultados. Vivem no varejo, imaginando-se imperecíveis no que pensam e no que pretendem fazer.

Enquanto isso, vicejam outros sonhos, agora embalados e exacerbados por um *marketing* cada vez mais eficiente dessa juventude sem perspectivas e sem diálogo, além da linguagem da violência. E a grande maioria daqueles que se julgam acima do bem e do mal não se digna a assumir a sua responsabilidade e se protege em torres de mar-

fim. Como na Idade Média, constroem fortificações que se propõem salvadoras de suas próprias peles, mas que, cada vez mais, se parecem com prisões que sufocam.

Haverá ainda horizonte neste mundo de perda de valores básicos? Claro que sim. Se não, o que seria dos nossos sonhos, da nossa utopia? Ao contrário das religiões absolutizantes, não vejo, no horizonte, soluções apocalípticas. Estamos por demais presos ao varejo para imaginar que um “tsunami” político irá nos arrastar para sempre. A expectativa de cinematográficos espetáculos apocalípticos escamoteia o conhecimento dos efeitos de nossas pequenas omissões do dia-a-dia.

A esperança é fundamental. Mas ela somente se tornará realidade para aqueles que saírem da floresta e tomarem a estrada. Só se vê o horizonte da estrada. Do caminho, que é travessia. Não importa a pequenez dos nossos passos, se conseguirmos olhar à frente. Lá estará, sempre, o absoluto. Esse absoluto não pode estar aprisionado em nossas palavras e projetos, por melhores que sejam nossas intenções. Não há esperança sem utopia.

O que fazer, então, numa época que já foi chamada de “era da incerteza”? Como mudar o rumo dos acontecimentos quando já se vaticinou o “fim da história”? Pois bem, neste início de novo século e milênio, as incertezas persistem e o noticiário parece demonstrar a idéia de que a história não tem fim. Guerras, fome, miséria, dor. Entretanto, esses fatos e acontecimentos já permitem destacar qual será a essência do contraditório e marcará a era que se inicia. Embora os mesmos conflitos de interesse, os mesmos movimentos libertários e as mesmas crises de toda ordem, a natureza do contraditório mudou. O pro-

cesso que está em curso não mais opõe nações ou ideologias. O que está em causa é um lento, mas indiscutível e inexorável, processo do conflito de valores.

Ao longo de milênios, a humanidade construiu uma base comum ética que poderíamos qualificar como uma conquista da civilização, do espírito humano. Foram, progressivamente, incorporados valores que se tornaram universais, algum tipo de compromisso comum com o aperfeiçoamento de um estado de coisas e de relacionamento entre os seres humanos que ainda se supunha a ideia da solidariedade.

Temos um destino comum e não é possível a sobrevivência de uns às expensas do sofrimento e do avassalamento de outros. O patrimônio comum da humanidade, seja ele intelectual ou material, não pode ser objeto de apropriação, nem deve ser colocado a serviço exclusivo e singular de uns poucos. Existem direitos humanos fundamentais que não podem ser violados e devem constituir o parâmetro básico para a estruturação e o funcionamento da sociedade.

Para a construção desse sistema de valores, é evidente a contribuição das diferentes religiões que dominam o cenário do planeta: cristãos, judeus, islâmicos, budistas e tantas outras que reconhecem a essência do valor da pessoa humana. É em torno desse dado básico que, supõe-se, devam as relações sociais serem, agora, organizadas e estruturadas.

Há, entretanto, um dado básico que coloca em questão todo esse patrimônio cultural da humanidade. As forças emergentes – ou que pretendem tornar-se como tais

– aquelas mesmas que vislumbram o fim do processo histórico – caminham em sentido exatamente oposto a toda essa construção milenar.

A exacerbação do individual, o pretense direito a uma certa concepção de liberdade, a busca da satisfação e do enriquecimento material pessoal acabam por contrastar frontalmente os valores que tínhamos como definitivamente incorporados.

Por isso, não é lícito falar em fim da história, pelo menos no sentido que querem dar à frase. Estamos, sim, no limiar de uma nova era, onde um novo tipo de conflito estará a opor pessoas, nações e povos.

Creio ser legítimo afirmar que um embate se avizinha. De um lado, está o patrimônio cultural e de civilização acumulado ao longo de milênios e que preza, nomeadamente, o valor humano – seja porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, seja porque o destino da humanidade é incompatível com um estado de busca incessante da riqueza pessoal. De outro lado, estão as forças que julgam legítimo prevalecer o direito do mais forte, daqueles que devem herdar e serem os beneficiários dos bens acumulados ou que vierem a ser produzidos.

O século que se inicia, de certo modo, pode ser visto como um tempo de grandes desafios. Desafios que envolvem a involução histórica da humanidade a um estágio de descompromisso com o semelhante versus uma evolução no sentido do aperfeiçoamento e aprofundamento de valores que marcam a civilização até aqui construída.

O desenvolvimento das técnicas nos campos da informática, robótica e comunicação tem sido colocado a

serviço do aceleração da acumulação e concentração da riqueza no plano universal, acentuando o fosso que separa os ricos dos pobres. Isso significa que os avanços científicos acabam por resultar num incremento da exclusão social.

Paralelamente a esse fenômeno, as forças planetárias emergentes se empenham em restringir, cada vez mais, os poderes inerentes à soberania estatal. Com isso, enfraquecem o potencial de ação do Poder Público na promoção do interesse coletivo. O novo papel que se desenha para o Estado é o de um agente mantenedor da ordem, por meio da repressão, e promotores de medidas que transferem poder político e econômico para os grandes conglomerados empresariais.

Institucionaliza-se, pouco a pouco, uma ordem internacional, sobretudo no campo econômico, que impede a criação de medidas de defesa do interesse interno coletivo das nações, principalmente as menos desenvolvidas.

A desregulamentação do setor financeiro coloca os Estados à mercê de um frenético movimento especulativo mundial, tornando impossível qualquer medida política que preserve a verdadeira função do setor, que é a intermediação dos haveres e sua alocação prioritária em setores que promovam o desenvolvimento equilibrado.

O avanço sistemático sobre o patrimônio público, por meio das privatizações a qualquer preço, e a transferência da riqueza coletiva, enfraquece o Poder Público, transforma-o refém de forças que obedecem unicamente à lógica do lucro e à acumulação do capital.

A mídia como um todo perde, progressivamente, a sua função informativa, para passar a exercer o papel legitimador dos interesses globalizados.

O mesmo fenômeno alcança o meio intelectual e acadêmico, com o esvaziamento da universidade pública e a incapacidade do Estado de levar a termo uma política de pesquisa tecnológica e científica capaz de atender ao interesse comum.

Esse estado de coisas vai, sistematicamente, minando as convicções e os padrões éticos de comportamento social, passando a imperar uma situação onde a lei do mais forte e a defesa do interesse pessoal são o único padrão a ser observado. Com isso, tem-se aberto o caminho para práticas de corrupção generalizada e impune.

Como não poderia deixar de ser, o sistema emergente, cada vez mais, precisa recorrer à força militar e policial para preservar os interesses. Parcela crescente da riqueza acaba sendo destinada à sofisticação dos instrumentos de guerra e de destruição.

Todas essas preocupações permitem deduzir que o novo século está marcado por um novo tipo de embate e de conflito de interesses. As forças emergentes pretendendo implementar uma situação única onde a ação legítima é aquela voltada para o enriquecimento pessoal de uns poucos. Do lado de fora, uma sociedade civil desestruturada e desorganizada, que vê a sua qualidade de vida sendo progressivamente minada e se sente incapaz de reagir, até mesmo por não possuir a exata consciência do processo em curso.

O que fazer, afinal?

Tamanho tem sido o avanço das forças emergentes, tal é a sua penetração em todos os campos da vida do ser humano, que os homens parecem ter perdido a capacidade de entender o processo a que estão sendo submetidos.

Portanto, o primeiro passo da reação seria a participação ativa num processo de disseminação de tomada de consciência do que está efetivamente a ocorrer. Sem isso, não haverá a menor possibilidade de organizar resistência em defesa dos valores superiores que devem guiar os passos da humanidade.

Esta é a grande oportunidade de construirmos um novo tempo, alicerçado nos princípios éticos e nos mais nobres valores de fraternidade, de cidadania e de soberania. Fé e política não se resumem a catedrais e gabinetes. A pretensos eleitos por Deus e a pretensiosos, ainda que eleitos pelo povo. Não se deve orar de frente para os altares e de costas para o povo. Nem realizar a política de gabinete, longe do povo e de costas para Deus.

VI. OS DESERDADOS DA CRISE

O mundo, mais uma vez, enfrenta sérias turbulências. Nuvens carregadas da crise dos mercados sacudiram o planeta nos últimos meses e atingiram, principalmente, aqueles que ainda conseguem, pelo menos, um lugar na classe econômica nesta nossa viagem da vida. A decorrência mais visível é o aumento do número de placas “não há vagas” onde tanto se necessita de “precisa-se”. Como em todas as outras crises, as cordas são mais frágeis em uma de suas pontas. Quantos serão os deserdados da crise? O que se sabe, como das outras vezes, é que não haverá, apenas, perdedores. Alguns, pouca gente, com certeza, ganharão com essas mesmas turbulências. Eu não imagino uma travessia de catástrofe, mas eu temo que, quando aterrissarmos desta viagem de pobres serviços de bordo, veremos ter aumentado, ainda mais, a distância entre ricos e pobres. Entre os passageiros de primeira e de última classes.

Como os mais ricos se abastarão, com maior ganância, desta crise? Com a “mão invisível” do mercado? Os números dizem que não. Mais uma vez com dinheiro público, o mesmo recurso que falta, e que faltará ainda mais, para aplacar a dor nas filas dos hospitais, para acender uma luz na escuridão do analfabetismo e para saciar a fome que ronda os estômagos do mundo. Mais uma vez,

repito, a privatização do dinheiro público. O que era de muitos, para as mãos de poucos.

O mesmo mundo que tem trilhões de dólares para evitar o que chamam de “risco sistêmico”, uma imensa cratera que foi aberta pela ganância de poucos, em detrimento da miséria de muitos. Até hoje, ninguém vinculava a casa dos trilhões a qualquer outro indicador que não fosse a soma do produto gerado pelas grandes nações. Poucos casos, como o PIB americano e o valor agregado produzido pelos países europeus. Nunca se imaginava que se chegaria a tantos zeros à direita, para sanar a gula dos senhores do poder. Nove zeros, por exemplo, sempre à direita, somente para a indústria automobilística. Uma indústria que substitui, cada vez mais, o homem pelo robô. Como consequência, também cada vez mais, “não há vagas”, nem “precisa-se”.

Mas, esses mesmos senhores não têm, também como exemplo, uma parcela mínima destas cifras, com muitos zeros a menos à direita, para atacar os problemas da fome no mundo. Hoje, um bilhão de semelhantes, criados à imagem de Deus, passam fome em todo o planeta. Mais de cento e trinta milhões de crianças dormirão, ou passarão em claro, a próxima noite, gemendo de fome. Muitas delas não amanhecerão. Dormirão, sim, mas o sono eterno dos justos, asfixiadas pela ganância dos injustos.

São necessários, segundo a FAO, US\$ 30 bilhões, por ano, para erradicar a fome em escala mundial. Valor que se tornaria desnecessário, quando, como no ditado popular, em vez de comprar os peixes, todos os cidadãos tiverem condições de manter a sua própria vara de pescar. Repito: US\$ 30 bilhões, para matar a fome de mais de um

bilhão de pessoas, menos de dez por cento do orçamento militar dos Estados Unidos, utilizado, ao contrário, para incrementar a mortandade de muitas dessas mesmas pessoas famintas e miseráveis. Como já disse um economista famoso: canhões, ou manteiga? Canhões, parece ser a decisão. Pão, não! Nem arroz, nem feijão, digo eu!

Quantas serão as vítimas de doenças que julgávamos extirpadas para sempre, e que voltaram nas asas da omissão? Quantas serão as crianças que nascerão e que morrerão antes mesmo de se tornarem, ao menos, estatísticas censitárias, porque, para o Estado, elas não morreram, porque nem se sabe se nasceram?

São milhões esses deserdados da vida, no Brasil. Bilhões, no mundo. Está mais que na hora de extirpar essa ideia, portanto, de que a miséria persiste por falta de recursos. A prioridade dada ao tal risco sistêmico colocou por terra a desculpa de falta de dinheiro para erradicar as nossas maiores mazelas. Há falta de recursos, apenas, para aqueles que, exatamente, pouco, ou nada têm. Não há falta de recursos para quem estes recursos nunca faltaram.

Há pouco tempo, outra enorme turbulência também causou náuseas aos passageiros dessa mesma viagem planetária. De repente, parece que o tal aquecimento global irá nos levar, a todos, como num tsunami. Mares revoltos, cidades inteiras engolidas por ondas gigantes, asfixia pela fumaceira das chaminés, escassez ainda maior de alimentos, mudança na geografia do mundo. Menor produção de alimentos. Fome, miséria, desencanto.

Mais uma vez, a ganância de poucos, que matam e que desmatam, ao interferir na geografia e ao reescrever a história, com tintas da destruição do planeta.

Mas, também de repente, poucos se deram conta de que não há necessidade de novos tsunamis, nem mesmo de aumento de qualquer magnitude no aquecimento das águas marítimas, para uma nova catástrofe mundial. Há, já, uma grande tragédia, atual, vivenciada antes de anunciada, no aquecimento dos índices de miséria em todo o planeta. Não há necessidade de aquecimento global para a catástrofe da miséria. O tsunami da omissão já está varrendo milhões, em escala planetária. E não é para o final deste século. A cada quatro segundos, um ser humano é varrido da vida, pelas ondas mortíferas da fome. De todas essas vítimas, seis milhões são crianças, todos os anos! Vinte milhões de crianças nascem, por ano, com peso abaixo dos padrões mínimos, indicando risco iminente de morte ainda durante a infância.

E, isso não é de hoje. Qualquer série estatística nos dá conta de que se trata de um problema que se arrasta há muitos anos. Quem ainda se lembra, por exemplo, dos dois milhões de africanos que morreram de fome entre 1984 e 1985? Ou nas 600 mil, somente no Sudão, em 1993? Ou de que, segundo relatório do Departamento de Assuntos Humanitários da ONU, em abril de 1998, em pelo menos vinte países africanos a população se alimentava unicamente de raízes, folhas e frutos selvagens? Quer dizer, neste caso, não voltamos no tempo algumas décadas, mas muitas eras. Coisas da pré-história!

Eis que, mais uma vez, nestes últimos tempos, novas nuvens escuras se mostram num horizonte agora bem

próximo. Mais uma vez de repente, parece que um vírus microscópico seria capaz de abalar os gigantes do mundo. Caíram, agora, mais explícitas, as máscaras da omissão. Parece que o mundo não resiste a um punhado de espirros. Culpam-se os porcos, pouco tempo depois que se degolaram os frangos!

Não desejo, nem tenho conhecimento para tanto, desdenhar o tamanho do problema. Mas, me causa espanto quando o número de casos da tal gripe suína justifica o alarme de uma pandemia, quando este mesmo número, por exemplo, é menor do que o de mortos pela dengue, em um único Estado brasileiro, apenas neste ano. Quando é o mesmo o número de mortos por causas decorrentes da fome, em poucos segundos. Repito: reconheço a seriedade do problema decorrente do novo vírus, mas ele se soma a muitos outros, que vêm e, quando vão, voltam.

O mundo se coloca em alerta, quando se confirmam, cada vez mais, os casos da nova gripe. Números que, não se pode negar, constituem-se explosivos, pelo risco da contaminação em massa. O que eu quero enfatizar é que, só no Brasil, neste ano, duzentas mil pessoas já foram contaminadas pela febre amarela e pela dengue. Número que, sabe-se, compõe uma estatística escamoteada pela falta de informações confiáveis. A Organização Mundial da Saúde estima que podem ser cem milhões as pessoas infectadas pela dengue, anualmente, em uma centena de países. São vinte mil mortes por ano, entre os 550 mil hospitalizados. Quantas serão essas mortes entre as que não possuem, nem mesmo, condições de acesso hospitalar? Que não se transformam em estatística?

Sempre é bom enfatizar que, somente durante o tempo, até aqui, da leitura desta reflexão, mais de duzentas pessoas morreram de fome, no mundo. Muitas outras morrerão, até o último parágrafo. É o que eu tenho dito, reiteradamente: é preciso passar do discurso para a prática. É preciso redefinir as prioridades mundiais. Portanto, além de “era o que eu tenho a dizer” dos nossos discursos, melhor será “é o que temos a fazer”.

Repito: eu não desejo minimizar o tamanho destes problemas que, segundo os maiores especialistas de todo o mundo, são catastróficos, como o aquecimento global, o risco sistêmico da economia, ou as gripes avícolas ou suínas. O que eu quero enfatizar é que não se dá a mesma prioridade quando outras catástrofes afetam, unicamente, um lado do muro que separa os “incluídos” dos “excluídos”, onde se apinham viajantes cidadãos considerados como se fossem de segunda classe. Ou que nem são considerados “viajantes”. Quem sabe, então, todas essas tamanhas apreensões nos levem, também, a discutir outras catástrofes, vivenciadas antes de anunciadas.

A principal delas é, sem dúvida, também reitero, a fome. Não há exagero algum em considerar que, hoje, a fome é muito mais que uma pandemia. Uma doença transmissível pelos espirros do desdém. Que não se dissemina por falta de máscara. Ao contrário. Pela existência dela, nas consciências de quem comanda o poder de decidir sobre recursos que sobram de um lado do muro da vergonha, e que faltam do outro.

O mundo não pode conviver com mais de um bilhão de famintos, deserdados da vida, enquanto sobram recursos para os poucos herdeiros do poder. Que se pre-

ocupem, sim, com os riscos sistêmicos e com as causas de todas as pandemias, mas que se lembrem, também, das milhões de crianças que choram pela falta do alimento mais básico, para que a próxima noite não seja eterna.

Eu acho que todas essas crises são sinais dos tempos. São avisos quase que apocalípticos de que algo necessita ser mudado. Uma transformação radical de prioridades, sob pena, aí sim, de uma catástrofe planetária sem precedentes. Há que se buscar novos paradigmas, novos pilares de sustentação da raça humana. O mundo tem que buscar uma nova ordem. Sob pena de um verdadeiro genocídio anunciado.

Quem sabe seja este, então, o momento ideal para uma profunda revisão de prioridades. A partir de uma crise econômica que atravessa fronteiras. Da fome e da miséria que campeiam todos os cantos e recantos do mundo. De uma espécie de histeria coletiva, pelo risco de contaminação virulenta, em escala global.

Todas essas crises não mais atingem, somente, populações periféricas, do outro lado do muro. Estas, já sofrem de outras crises, que se arrastam há longos tempos. As crises atuais, midiáticas, atingem, também, os passageiros da vida que ainda conseguem assentos de primeira classe. Os maiores alertas, da crise econômica, da crise social decorrente, e da pandemia que se alastra, vêm, principalmente, dos Estados Unidos e dos países da Europa. Parecem, até, evidenciar novas torres gêmeas ameaçadas.

A dimensão da crise é tão maior quando ameaça Nova Iorque. Ou Paris. Ou Londres. Tem sido, por outro lado, tão menor se circunscrita ao Vietnam. Ou à Índia. Ou à África.

Mas, não se pode negar, algumas mudanças, salutares, aconteceram, nos últimos tempos. Os acontecimentos políticos nos Estados Unidos, por exemplo. Eu me lembro do olhar distante e desdenhoso, do ex-Presidente Bush, quando lhe noticiaram o ataque às torres de Nova Iorque. Parecia que nada havia lhe atingido, embora comandasse a maior nação de todo o planeta, naquele momento atacada. Bem diferente da reação do atual Presidente americano, quando fala à nação sobre os problemas atuais. Um presidente que parece muito mais preocupado com a sua própria nação e com todas as populações do mundo. Com os dois lados do muro.

Quem poderia imaginar, poucos anos atrás, que o Presidente dos Estados Unidos tivesse uma história de vida algo semelhante à de Barack Obama? Quantas foram as barreiras que se romperam com a eleição de um presidente negro, de raízes quenianas, cujo outro sobrenome é Hussein, em um país onde, poucos anos atrás, outro negro foi morto, Martin Luther King, porque se tornou líder, exatamente porque pregava a paz entre brancos e negros?

Outros ventos de mudança aconteceram em diferentes pontos do planeta, inclusive na América Latina, em direção à democracia. Brasil, Argentina, Chile, são bons exemplos, depois de décadas de obscurantismo. O mundo político experimenta, não se pode negar, uma nova ordem.

Quem sabe seja a hora, então, aproveitando-se desses mesmos ventos, de se pensar em novos paradigmas para o mundo? Quem sabe seja o melhor momento para que se redefinam prioridades? Quem sabe possamos, todos, países e povos, repensar o que seja, efetivamente, risco sistêmico? Qual é maior problema mundial, nestes nos-

tos dias: os poucos que perderam, ou que deixaram de ganhar, bilhões de dólares, ou os quase três bilhões de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia, a metade delas com menos de US\$ 1?

Não me move a ideia de combater o supérfluo ou, obviamente, de me bater contra a lei da oferta e da procura. Entretanto, eu sempre defendi a ideia de que, tanto no orçamento familiar, como nos gastos agregados de uma nação, ou de um conjunto de países, a primeira prioridade tem que ser, sempre, o básico. Depois, o supérfluo. E básico, tanto nas famílias, como nos países, é o alimento, a moradia, a saúde, a educação, a segurança, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância. A vida, enfim! Sem isso, como pensar em humanidade?

O básico é, para mim, portanto, tudo o que consta da nossa Constituição, no capítulo “Dos Direitos Sociais”. O que, parece, não tem sido levado em conta, nos últimos tempos, nas prioridades mundiais. Quem dita as preferências é o mercado e o Estado tem se transformado, cada vez mais, em súdito fiel. Submetido, cada vez mais, às ordens do “ter”, muito menos do que do “ser”. É por isso que o dinheiro público é usado para proteger o mercado, em contradição com a falácia da receita do próprio liberalismo, que prega o Estado, preferencialmente, atendendo aos direitos sociais dos cidadãos. Os últimos acontecimentos na área econômica demonstraram que as teses liberais não se sustentam numa primeira crise. Não há “mão invisível”. Ao contrário, ela é plenamente visível e previsível.

É este o paradigma que se quer alterar. E, neste momento, parece nada mais legítimo para coordenar o deba-

te do que as organizações internacionais que congregam um maior número de países. A ONU, por exemplo, poderia ser o organismo de excelência para tomar as rédeas desta discussão. Conhecimento não lhe falta. Nem legitimidade. Ela congrega nações e povos de todas as línguas, de todos os sotaques. Ela possui instituições que realizam estudos, pesquisas e programas de ação em todos os segmentos, como a FAO, a UNESCO, a OIT, a OMS, entre tantas outras. Estas instituições, com técnicos de competência mais que reconhecida, se transformaram em fontes privilegiadas de referência e de informação nas questões da fome, da moradia, do trabalho, da saúde, da educação, da ciência e tecnologia e do desenvolvimento econômico, em escala global. Não há necessidade, portanto, de novos e profundos diagnósticos para que a ONU possa capitanear uma profunda discussão sobre as novas prioridades mundiais, voltadas para os direitos sociais de todos os cidadãos do planeta.

Mas, para isso, a ONU também tem que alterar posturas e prioridades. Não há como negar que a Organização das Nações Unidas representa, exatamente, a estrutura de poder que se deseja mudar, estrutura esta que é responsável pelas mazelas que se quer erradicar.

Não nego a importância de um assento no Conselho de Segurança da ONU. Mas, eu acho que a prioridade maior é que todos os assentos da ONU estejam preocupados com todos os cidadãos do planeta. Não apenas com os que têm assento nas poltronas mais confortáveis da viagem da vida, em detrimento daqueles que mal chegam à primeira escala desta mesma travessia. Aqueles que sofrem, muito mais, com as turbulências. Com a crise eco-

nômica. Com o aquecimento global. Com as eventuais pandemias. Com a fome. Com a miséria.

Dizem os mais otimistas que essas crises são passageiras. Os mais pessimistas, que essa viagem será longa. Os mais realistas, como eu, que de nada adiantará essa viagem, se ela chegar ao mesmo lugar de sempre. Um lugar neste planeta onde 85,2% da riqueza se concentram nas mãos hábeis de 10% da população. Ou, na outra ponta, onde mais da metade das pessoas conseguem, apenas, 1% da renda. Um planeta onde apenas dois países, Estados Unidos e Japão, concentram quase dois terços dos indivíduos que se situam no grupo de 1% dos mais ricos. Ou, também na outra ponta, Índia e países africanos, com mais de um quarto de todos os seres humanos, mas que ficam, apenas, com menos de 2% da chamada riqueza mundial.

Tudo indica que os trilhões de dólares gastos a título do tal “risco sistêmico” em nada vão mudar essa situação de desigualdade vergonhosa. Porque, na verdade, a preocupação central parece ser o “risco do sistema”. A crise econômica decorrente das bolhas especulativas, o aquecimento global fruto da sanha do lucro a qualquer custo e, quem sabe, até mesmo, o descaso com o outro lado do muro, que desencadeia epidemias sucessivas, parecem não ser suficientes para arranhar o domínio do mercado individualista sobre o bem comum. É assim com o capitalismo de mercado: no risco de arranhões, trilhões.

O que causa espanto é a falta de preocupação com o risco para o próprio sistema do aumento das disparidades regionais e pessoais de distribuição de renda. De um mundo onde os ricos são cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres. Mais do que isso, quando os fa-

mintos já ultrapassam a casa de um bilhão. Nove zeros à direita também para o número de miseráveis!

Eu não tenho qualquer expectativa de sentimentos de benevolência daqueles que se encontram, hoje, entre o 1% mais ricos. Os paradigmas do modelo econômico atual não mudarão por soluções de solidariedade e de humanidade, embora sentimentos tão louváveis. As mudanças virão quando estes mesmos abastados sentirem-se pressionados pela situação criada no outro lado do muro e motivadas por este mesmo modelo.

Quem sabe esteja aí, então, o mote principal para o grande debate a ser coordenado pela ONU. É o momento mais que propício para que o mundo discuta um novo modelo de desenvolvimento, menos concentrador de renda e de poder. Até mesmo para a sobrevivência do próprio sistema.

Não há como fugir à premência de se prover de condições de cidadania efetiva a tantos seres humanos, espalhados por todo o planeta, mas que se concentram, em número, nas regiões mais pobres. Não há como continuar considerando esses seres criados à nossa imagem e semelhança, como “lado escuro do mundo”, como teimam, ainda, alguns, muitos deles ideólogos do sistema atual. Que são “peso morto” na contabilidade da vida.

São louváveis ações como o programa brasileiro de combate à fome. Que o digam os que, hoje, têm arroz, feijão e pão. Mas, eles não podem se esgotar em si mesmos. Como ações emergenciais, cumprem o seu papel, mas não alteram a estrutura do problema da miséria, nem no país, nem no planeta. Não se pode imaginar que pro-

gramas deste tipo, embora não se negue a sua importância, possam ser extrapolados em escala mundial. A dádiva é nobre, mas não se pode viver, unicamente, dela. É preciso que se imagine uma mudança mais radical na distribuição da riqueza do planeta, através de uma nova estrutura de poder, também menos concentrado e mais democrático.

É por isso que, mesmo que movido pelo realismo, não deixo de lado o meu lado otimista. As crises suscitaram um profundo debate inexistente enquanto se plantavam as razões destas mesmas crises. E elas floresceram dos dois lados do muro que nos divide. Quem sabe essas crises terem atingido Nova Iorque, Paris e Londres tenham trazido, no seu bojo, contraditoriamente, elementos de esperança. Que essa seja, portanto, a nova dialética desta crise: ela traz, em si, não só sementes de destruição, mas, igualmente, de reconstrução. O mundo não pode ser o mesmo, depois de passadas tamanhas turbulências. Pior: não pode reproduzir, em escala maior, as nuvens causadoras destas mesmas turbulências.

O Presidente brasileiro faz, sempre, o primeiro discurso das Conferências Anuais da ONU. Reiteradamente, principalmente nos últimos anos, tem se referido à pobreza no mundo, à fome, às disparidades regionais e pessoais de distribuição de renda, à diferença entre ricos e pobres e ao protecionismo dos mercados. Discurso traduzido em todas as línguas, discurso esquecido em todas as consciências. É o que demonstra a prática, depois de tantas conferências. Então, de nada vai adiantar mais um discurso, se não acompanhado de ações efetivas. Nem o do presidente do Brasil, nem qualquer outro.

Eu já me referi, diversas vezes, principalmente em tempos de guerra, à necessidade de reforçar o papel da Organização das Nações Unidas. Eu estou certo, agora, que a ONU tem que desempenhar um novo papel, quem sabe tão, ou mais, importante: coordenar a discussão sobre um novo paradigma de desenvolvimento para o planeta. Quem sabe, também, se essas discussões se demonstrarem frutíferas, na prática, outros papéis da ONU poderiam se mostrar desnecessários. Quem sabe não tivéssemos, mais, tantas guerras. Tantos conflitos motivados por tantas razões, tantas vezes pelo poder. Os últimos estudos dos organismos da ONU não têm demonstrado otimismo. Talvez nem mesmo tanto pessimismo. O que assusta, nos números e nas análises, é, exatamente, o realismo.

Não são prognósticos catastrofistas. São realidades preocupantes. Talvez estejamos vivendo, hoje, exatamente, o que previu, há quase quatro décadas, uma equipe de técnicos dos mais renomados do mundo, reunidos no chamado “Clube de Roma”. Sob o título, “Os limites do Crescimento”, o estudo já previa “um colapso total do nosso sistema mundial, entre o início e a metade do século 21, se não forem tomadas medidas para solucionar os problemas que hoje enfrentamos”.

O “hoje”, no caso do estudo do Clube de Roma, era 1972. O “hoje” a que me refiro é 2009. A premissa para aqueles cientistas, que foram chamados “Profetas do Apocalipse”, era o crescimento desordenado da população mundial. Aqui, e agora, é o crescimento da fome e da miséria neste mesmo mundo. Para eles, uma consequência. Para mim, pode ser, ainda, causa. É preciso, portanto,

ação. Sob pena de consequências ainda mais turbulentas que as previstas pelos profetas do apocalipse.

Prefiro profetizar a boa nova, porque me move a esperança.

É que a esperança mostra-se viva, mesmo quando e onde, tudo parece indicar, ela tenha sucumbido. Relembro, a propósito, um dos relatos mais comoventes sobre Hiroshima, feito por uma sobrevivente daquela catástrofe mundial, e registrado por John Hersey, sob o título “Flores sobre Ruínas”: *“por toda a parte – sobre os destroços, nas sarjetas, nas margens dos rios, entre as telhas e a chapas de zinco dos telhados, nos troncos carbonizados das árvores – estendia-se um tapete verde, viçoso, otimista, que brotava até mesmo dos alicerces das casas em ruínas. O capim já escondia as cinzas, e flores silvestres despontavam em meio ao esqueleto da cidade. A bomba não só deixara intatos os órgãos subterrâneos das plantas, como os estimulara... Principalmente num círculo do centro o sene vicejava numa extraordinária regeneração, não só entre os restos crestados da mesma planta, como em outros pontos, em meio aos tijolos e através das fendas do asfalto. Parecia que o mesmo avião que jogara a bomba soltara também uma carga de sementes de sene”*.

É assim que eu vejo as atuais crises mundiais. Turbulências que podem derramar bombas de efeito catastrófico, mas que podem, também, espalhar sementes de mudança. Difícil escapar, é bem verdade, dos efeitos das bombas que já detonaram. Cabe-nos, então, pelo menos, regar as sementes e fertilizá-las, para que brotem, floresçam e frutifiquem.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF

OS nº 2055/2009

